

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS-ITR

*Em 30 de setembro de 2017 e
relatório sobre a revisão de
informações trimestrais*

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo.....	3
DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo.....	4
DFs Individuais / Demonstração do Resultado	5
DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente.....	7
DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	8
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/09/2017	6
DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2016 a 30/09/2016	7
DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado.....	8
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo	9
DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo	10
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado	11
DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente	13
DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto.....	14
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2017 a 30/09/2017	14
DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - 01/01/2016 a 30/09/2016	15
DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado	16
Notas explicativas às demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2017.....	17
1. A companhia e suas operações	17
2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias.....	17
3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia.....	17
4. Base de consolidação.....	18
5. Principais práticas contábeis	18
6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	19
7. Contas a receber	20
8. Estoques.....	23
9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	23
10. Investimentos	28
11. Imobilizado	30
12. Intangível	32
13. Redução ao valor recuperável dos ativos (<i>Impairment</i>)	32
14. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	34
15. Fornecedores.....	34
16. Financiamentos	35
17. Arrendamentos mercantis	38
18. Partes relacionadas.....	39
19. Provisões para desmantelamento de áreas	43
20. Tributos.....	44
21. Benefícios concedidos a empregados	50
22. Patrimônio líquido	53
23. Receita de vendas	54
24. Outras despesas líquidas	54
25. Custos e despesas por natureza.....	55
26. Resultado financeiro líquido.....	55
27. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	56
28. Informações por segmento.....	57
29. Processos judiciais e contingências	60
30. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo.....	70
31. Gerenciamento de riscos.....	70
32. Valor justo dos ativos e passivos financeiros	75
33. Eventos subsequentes	76
34. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2017.....	77
Relatório sobre a revisão de informações trimestrais-ITR	78

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	690.349.000	682.088.000
1.01	Ativo Circulante	77.075.000	81.264.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.184.000	6.267.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	3.680.000	2.487.000
1.01.03	Contas a Receber	32.181.000	31.073.000
1.01.04	Estoques	22.288.000	23.500.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.770.000	5.850.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.770.000	5.850.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	555.000	786.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	5.215.000	5.064.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.972.000	12.087.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	4.511.000	8.260.000
1.01.08.03	Outros	5.461.000	3.827.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	245.000	361.000
1.01.08.03.02	Outros	5.216.000	3.466.000
1.02	Ativo Não Circulante	613.274.000	600.824.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	42.573.000	46.098.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	300.000	286.000
1.02.01.03	Contas a Receber	9.660.000	10.262.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.324.000	14.199.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	4.873.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	9.324.000	9.326.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	23.289.000	21.351.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	528.000	510.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	13.603.000	11.735.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	9.158.000	9.106.000
1.02.02	Investimentos	139.800.000	121.191.000
1.02.03	Imobilizado	422.280.000	424.771.000
1.02.04	Intangível	8.621.000	8.764.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	690.349.000	682.088.000
2.01	Passivo Circulante	108.297.000	113.431.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.490.000	6.158.000
2.01.02	Fornecedores	23.022.000	24.384.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	257.000	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	257.000	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	257.000	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	60.220.000	63.149.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	58.968.000	62.058.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	1.252.000	1.091.000
2.01.05	Outras Obrigações	17.415.000	17.037.000
2.01.05.02	Outros	17.415.000	17.037.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	11.788.000	11.219.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	5.627.000	5.818.000
2.01.06	Provisões	2.697.000	2.533.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.697.000	2.533.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e Saúde	2.697.000	2.533.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	196.000	170.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	196.000	170.000
2.02	Passivo Não Circulante	320.288.000	318.427.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	198.594.000	211.396.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	194.077.000	206.421.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.517.000	4.975.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.884.000	0
2.02.02.02	Outros	2.884.000	0
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	2.884.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	5.925.000	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.925.000	0
2.02.04	Provisões	112.885.000	107.031.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.549.000	8.391.000
2.02.04.02	Outras Provisões	103.336.000	98.640.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e Saúde	68.862.000	64.903.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de áreas	32.891.000	32.615.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	1.583.000	1.122.000
2.03	Patrimônio Líquido	261.764.000	250.230.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.252.000	1.251.000
2.03.04	Reservas de Lucros	77.584.000	77.584.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.038.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.542.000	-34.037.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	56.391.000	165.950.000	55.934.000	166.642.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-40.491.000	-114.509.000	-36.895.000	-115.073.000
3.03	Resultado Bruto	15.900.000	51.441.000	19.039.000	51.569.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-10.880.000	-22.236.000	-31.676.000	-52.318.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-5.001.000	-13.829.000	-4.237.000	-12.622.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.711.000	-4.844.000	-2.290.000	-6.148.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.858.000	-8.959.000	-13.988.000	-27.717.000
3.04.05.01	Tributárias	-743.000	-3.353.000	-366.000	-688.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-424.000	-1.309.000	-490.000	-1.499.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-436.000	-1.324.000	-1.472.000	-4.159.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-4.217.000	-2.844.000	-3.135.000	-11.381.000
3.04.05.07	Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-38.000	-129.000	-8.525.000	-9.990.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.690.000	5.396.000	-11.161.000	-5.831.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	5.020.000	29.205.000	-12.637.000	-749.000
3.06	Resultado Financeiro	-4.834.000	-16.020.000	-5.672.000	-19.793.000
3.06.01	Receitas Financeiras	796.000	2.166.000	632.000	1.773.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	796.000	2.166.000	632.000	1.773.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.630.000	-18.186.000	-6.304.000	-21.566.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.688.000	-13.108.000	-4.693.000	-14.601.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-1.942.000	-5.078.000	-1.611.000	-6.965.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	186.000	13.185.000	-18.309.000	-20.542.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	80.000	-8.154.000	1.851.000	3.208.000
3.08.01	Corrente	-36.000	-1.945.000	0	0
3.08.02	Diferido	116.000	-6.209.000	1.851.000	3.208.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	266.000	5.031.000	-16.458.000	-17.334.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	266.000	5.031.000	-16.458.000	-17.334.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.01.01	ON	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.01.02	PN	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.02.02	PN	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	266.000	5.031.000	-16.458.000	-17.334.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.873.000	6.502.000	4.590.000	22.114.000
4.02.03	Ajustes acumulados de conversão	-4.193.000	-2.618.000	4.638.000	-11.426.000
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa reconhecidos no PL	7.725.000	5.297.000	-1.946.000	37.210.000
4.02.08	Hedge de fluxo de caixa transferido para o resultado	2.046.000	5.880.000	1.940.000	6.864.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-3.322.000	-3.800.000	2.000	-14.985.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	617.000	1.743.000	-44.000	4.451.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.139.000	11.533.000	-11.868.000	4.780.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.028.000	30.357.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	49.052.000	51.756.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	5.031.000	-17.334.000
6.01.01.02	Despesa atuarial com plano de pensão e saúde	5.994.000	5.557.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-5.396.000	5.831.000
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	24.455.000	28.630.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos Impairment	129.000	9.990.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	486.000	2.899.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos e devolução de campos e projetos cancelados do E&P	-4.878.000	370.000
6.01.01.08	Variação Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	15.302.000	19.525.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	6.209.000	-3.208.000
6.01.01.10	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	646.000	1.037.000
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de abandono	1.772.000	-1.541.000
6.01.01.15	Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-698.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-20.024.000	-21.399.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-17.579.000	-11.244.000
6.01.02.02	Estoques	758.000	416.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-1.868.000	-1.602.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-794.000	-2.989.000
6.01.02.05	Fornecedores	-1.440.000	-5.990.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	6.004.000	-2.290.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-1.870.000	-1.606.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-1.391.000	0
6.01.02.09	Outros Passivos	-1.844.000	3.906.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-24.682.000	-22.218.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-20.126.000	-24.618.000
6.02.02	(Adições) Redução em Investimentos	-12.589.000	-2.194.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de Ativos (desinvestimentos)	7.854.000	0
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	-3.443.000	2.258.000
6.02.05	Dividendos recebidos	3.622.000	2.336.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.429.000	-19.416.000
6.03.02	Captações	69.697.000	47.466.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-66.165.000	-61.451.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-10.961.000	-5.431.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.083.000	-11.277.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.267.000	16.553.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.184.000	5.276.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 30/09/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.000	0	7.000	-7.000	1.000
5.04.08	Transação de Capital	0	1.000	0	0	0	1.000
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	7.000	-7.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.031.000	6.502.000	11.533.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.031.000	0	5.031.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.502.000	6.502.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.252.000	77.584.000	5.038.000	-27.542.000	261.764.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 a 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	237.000	92.396.000	0	-43.334.000	254.731.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.000	0	10.000	-10.000	24.000
5.04.08	Transação de Capital	0	24.000	0	0	0	24.000
5.04.09	Realização do custo atribuído	0	0	0	10.000	-10.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.334.000	22.114.000	4.780.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.334.000	0	-17.334.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.114.000	22.114.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	261.000	92.396.000	-17.324.000	-21.230.000	259.535.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	256.887.000	253.661.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	222.066.000	222.192.000
7.01.02	Outras Receitas	12.208.000	5.439.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	23.259.000	27.067.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-646.000	-1.037.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.388.000	-97.003.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-31.323.000	-32.455.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-43.352.000	-41.250.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-129.000	-9.990.000
7.02.04	Outros	-14.584.000	-13.308.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-14.584.000	-13.308.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	167.499.000	156.658.000
7.04	Retenções	-24.455.000	-28.630.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.455.000	-28.630.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	143.044.000	128.028.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.247.000	-4.598.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	5.396.000	-5.831.000
7.06.02	Receitas Financeiras	2.166.000	589.000
7.06.03	Outros	685.000	644.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.291.000	123.430.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.291.000	123.430.000
7.08.01	Pessoal	17.614.000	22.316.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.026.000	10.820.000
7.08.01.02	Benefícios	6.793.000	10.664.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	795.000	832.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	70.284.000	53.277.000
7.08.02.01	Federais	49.810.000	28.834.000
7.08.02.02	Estaduais	20.309.000	24.202.000
7.08.02.03	Municipais	165.000	241.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	58.362.000	65.171.000
7.08.03.01	Juros	21.600.000	23.771.000
7.08.03.02	Aluguéis	36.762.000	41.400.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.031.000	-17.334.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.031.000	-17.334.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	803.870.000	804.945.000
1.01	Ativo Circulante	143.942.000	145.907.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.431.000	69.108.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.744.000	2.556.000
1.01.03	Contas a Receber	16.525.000	15.543.000
1.01.04	Estoques	25.851.000	27.622.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.899.000	8.153.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.899.000	8.153.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	1.531.000	1.961.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	6.368.000	6.192.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.492.000	22.925.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	6.912.000	18.669.000
1.01.08.03	Outros	6.580.000	4.256.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	414.000	540.000
1.01.08.03.02	Outros	6.166.000	3.716.000
1.02	Ativo Não Circulante	659.928.000	659.038.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	66.247.000	66.551.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	734.000	293.000
1.02.01.03	Contas a Receber	16.000.000	14.832.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.512.000	24.274.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.106.000	14.038.000
1.02.01.06.02	Impostos e Contribuições	10.406.000	10.236.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	29.001.000	27.152.000
1.02.01.09.03	Adiantamento a Fornecedores	3.529.000	3.742.000
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	14.937.000	13.032.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	10.535.000	10.378.000
1.02.02	Investimentos	12.660.000	9.948.000
1.02.03	Imobilizado	570.783.000	571.876.000
1.02.04	Intangível	10.238.000	10.663.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	803.870.000	804.945.000
2.01	Passivo Circulante	71.248.000	81.167.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.240.000	7.159.000
2.01.02	Fornecedores	18.949.000	18.781.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.151.000	412.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.151.000	412.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.151.000	412.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.429.000	31.855.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.346.000	31.796.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	83.000	59.000
2.01.05	Outras Obrigações	18.865.000	18.683.000
2.01.05.02	Outros	18.865.000	18.683.000
2.01.05.02.04	Impostos e Contribuições	12.375.000	11.826.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	6.490.000	6.857.000
2.01.06	Provisões	2.842.000	2.672.000
2.01.06.02	Outras Provisões	2.842.000	2.672.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e Saúde	2.842.000	2.672.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	772.000	1.605.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	772.000	1.605.000
2.02	Passivo Não Circulante	468.103.000	471.035.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	335.983.000	353.929.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	335.278.000	353.193.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	705.000	736.000
2.02.02	Outras Obrigações	2.950.000	0
2.02.02.02	Outros	2.950.000	0
2.02.02.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	2.950.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	6.721.000	856.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.721.000	856.000
2.02.04	Provisões	122.449.000	116.250.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.120.000	11.052.000
2.02.04.02	Outras Provisões	110.329.000	105.198.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e Saúde	74.374.000	69.996.000
2.02.04.02.05	Provisão para Desmantelamento de Áreas	33.749.000	33.412.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	2.206.000	1.790.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	264.519.000	252.743.000
2.03.01	Capital Social Realizado	205.432.000	205.432.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.036.000	1.035.000
2.03.04	Reservas de Lucros	77.800.000	77.800.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	5.038.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-27.542.000	-34.037.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.755.000	2.513.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	71.822.000	207.183.000	70.443.000	212.100.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-50.585.000	-140.791.000	-47.106.000	-144.934.000
3.03	Resultado Bruto	21.237.000	66.392.000	23.337.000	67.166.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.021.000	-27.689.000	-33.509.000	-61.220.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.237.000	-10.516.000	-3.333.000	-10.774.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.451.000	-6.979.000	-3.041.000	-8.537.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.771.000	-11.859.000	-26.995.000	-42.555.000
3.04.05.01	Tributárias	-1.013.000	-4.373.000	-612.000	-1.600.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-425.000	-1.311.000	-491.000	-1.501.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-671.000	-1.570.000	-1.859.000	-4.647.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-4.518.000	-4.254.000	-8.741.000	-18.037.000
3.04.05.07	Reversão/Perdas no valor de recuperação de ativos - Impairment	-144.000	-351.000	-15.292.000	-16.770.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	438.000	1.665.000	-140.000	646.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	8.216.000	38.703.000	-10.172.000	5.946.000
3.06	Resultado Financeiro	-7.411.000	-24.001.000	-7.122.000	-21.876.000
3.06.01	Receitas Financeiras	741.000	2.725.000	1.191.000	2.841.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	741.000	2.725.000	1.191.000	2.841.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-8.152.000	-26.726.000	-8.313.000	-24.717.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.231.000	-18.044.000	-6.171.000	-18.455.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-2.921.000	-8.682.000	-2.142.000	-6.262.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	805.000	14.702.000	-17.294.000	-15.930.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-155.000	-8.953.000	971.000	125.000
3.08.01	Corrente	-853.000	-4.252.000	-1.009.000	-4.557.000
3.08.02	Diferido	698.000	-4.701.000	1.980.000	4.682.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	650.000	5.749.000	-16.323.000	-15.805.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	650.000	5.749.000	-16.323.000	-15.805.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	266.000	5.031.000	-16.458.000	-17.334.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	384.000	718.000	135.000	1.529.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.01.02	PN	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000
3.99.02.02	PN	0,02000	0,39000	-1,26000	-1,33000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	650.000	5.749.000	-16.323.000	-15.805.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2.786.000	6.426.000	4.642.000	21.414.000
4.02.03	Ajustes Acumulados de Conversão	-4.280.000	-2.694.000	4.690.000	-12.126.000
4.02.04	Resultados não realizados em títulos disponíveis para a venda reconhecidos no PL	15.000	-27.000	0	0
4.02.07	Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa Reconhecidos no PL	7.772.000	5.491.000	-2.174.000	41.313.000
4.02.08	Hedge de fluxo de caixa transferido para o resultado	2.569.000	7.375.000	2.137.000	7.534.000
4.02.09	IR e CSLL diferidos s/ Resultados não realizados com hedge de fluxo de caixa	-3.516.000	-4.375.000	16.000	-16.602.000
4.02.10	Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em Investidas	226.000	656.000	-27.000	1.295.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.436.000	12.175.000	-11.681.000	5.609.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.139.000	11.533.000	-11.869.000	4.780.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	297.000	642.000	188.000	829.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/09/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	66.900.000	66.130.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.194.000	70.369.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	5.749.000	-15.805.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Plano de Pensão e Saúde	6.528.000	6.010.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	-1.665.000	-646.000
6.01.01.04	Depreciação, Depleção e Amortização	32.033.000	37.314.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos	351.000	16.770.000
6.01.01.06	Baixa de Poços Secos	715.000	3.325.000
6.01.01.07	Resultado com alienações, baixas de ativos, áreas devolvidas e projetos cancelados	-5.269.000	894.000
6.01.01.08	Variação Cambial Monetária e Enc. sobre Financiamentos	23.494.000	22.204.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contrib. Soc. Dif. Líquidos	4.701.000	-4.682.000
6.01.01.10	Perdas em créditos de liquidação duvidosa	2.033.000	1.695.000
6.01.01.11	Ajuste ao valor de mercado dos estoques	216.000	1.195.000
6.01.01.12	Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	185.000	3.627.000
6.01.01.13	Revisão e Atualização financeira de abandono	1.821.000	-1.532.000
6.01.01.15	Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	-698.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.294.000	-4.239.000
6.01.02.01	Contas a Receber	-2.476.000	3.165.000
6.01.02.02	Estoques	977.000	-1.293.000
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-1.840.000	-1.734.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-526.000	-1.992.000
6.01.02.05	Fornecedores	-226.000	-5.312.000
6.01.02.06	Impostos, Taxas e Contribuições	7.217.000	308.000
6.01.02.07	Plano de Pensão e Saúde	-1.973.000	-1.728.000
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.127.000	-895.000
6.01.02.09	Outros Passivos	-2.320.000	5.242.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-22.910.000	-33.168.000
6.02.01	Aquisições de Imobilizados e Intangíveis	-30.113.000	-36.713.000
6.02.02	(Adições) Redução em Investimentos	-137.000	-439.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos (Desinvestimentos)	9.458.000	2.402.000
6.02.04	Investimentos em Títulos e Valores Mobiliários	-2.924.000	776.000
6.02.05	Dividendos Recebidos	806.000	806.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-36.617.000	-49.172.000
6.03.01	Participação de acionistas não controladores	-194.000	34.000
6.03.02	Captações	72.082.000	43.707.000
6.03.03	Amortizações de Principal	-90.642.000	-73.772.000
6.03.04	Amortizações de Juros	-17.384.000	-18.976.000
6.03.06	Dividendos Pagos a Acionistas não controladores	-479.000	-165.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2.050.000	-11.575.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.323.000	-27.785.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	69.108.000	97.845.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.431.000	70.060.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 a 30/09/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	1.251.000	77.584.000	0	-34.037.000	250.230.000	2.513.000	252.743.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.000	0	7.000	-7.000	1.000	-400.000	-399.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-207.000	-207.000
5.04.08	Transação de Capital	0	1.000	0	0	0	1.000	-193.000	-192.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	7.000	-7.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.031.000	6.502.000	11.533.000	642.000	12.175.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	5.031.000	0	5.031.000	718.000	5.749.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.502.000	6.502.000	-76.000	6.426.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	1.252.000	77.584.000	5.038.000	-27.542.000	261.764.000	2.755.000	264.519.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 a 30/09/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	205.432.000	21.000	92.612.000	0	-43.334.000	254.731.000	3.199.000	257.930.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	24.000	0	10.000	-10.000	24.000	-1.547.000	-1.523.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-97.000	-97.000
5.04.08	Transação de Capital	0	24.000	0	0	0	24.000	-1.450.000	-1.426.000
5.04.09	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	10.000	-10.000	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.334.000	22.114.000	4.780.000	829.000	5.609.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.334.000	0	-17.334.000	1.529.000	-15.805.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	22.114.000	22.114.000	-700.000	21.414.000
5.07	Saldos Finais	205.432.000	45.000	92.612.000	-17.324.000	-21.230.000	259.535.000	2.481.000	262.016.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	301.555.000	312.231.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	263.760.000	269.086.000
7.01.02	Outras Receitas	14.463.000	7.952.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	25.365.000	36.888.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.033.000	-1.695.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-107.475.000	-139.765.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.338.000	-49.832.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-45.762.000	-57.326.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-351.000	-16.770.000
7.02.04	Outros	-16.024.000	-15.837.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-15.808.000	-14.642.000
7.02.04.02	Ajuste Ao Valor De Mercado Dos Estoques	-216.000	-1.195.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	194.080.000	172.466.000
7.04	Retenções	-32.033.000	-37.314.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-32.033.000	-37.314.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	162.047.000	135.152.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.745.000	3.769.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.665.000	646.000
7.06.02	Receitas Financeiras	2.725.000	2.841.000
7.06.03	Outros	355.000	282.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	166.792.000	138.921.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	166.792.000	138.921.000
7.08.01	Pessoal	21.632.000	26.499.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.049.000	14.075.000
7.08.01.02	Benefícios	7.665.000	11.479.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	918.000	945.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	88.283.000	76.674.000
7.08.02.01	Federais	53.917.000	38.337.000
7.08.02.02	Estaduais	33.892.000	37.802.000
7.08.02.03	Municipais	474.000	535.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	51.128.000	51.553.000
7.08.03.01	Juros	31.386.000	29.242.000
7.08.03.02	Aluguéis	19.742.000	22.311.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.749.000	-15.805.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.031.000	-17.334.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	718.000	1.529.000

1. A companhia e suas operações

A Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Sociedade de Economia Mista, dedica-se, diretamente ou por meio de suas subsidiárias e controladas, associada ou não a terceiros, (denominadas, em conjunto, “Petrobras” ou a “companhia” ou “Sistema Petrobras”), à pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o comércio e o transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, além das atividades vinculadas à energia, podendo promover a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, bem como quaisquer outras atividades correlatas ou afins. A sede da companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

2. Base de apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas de acordo com o IAS 34 – Demonstrações Intermediárias, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1).

As informações contábeis intermediárias individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para demonstrações intermediárias (CPC 21 – R1) e não apresentam diferenças em relação às consolidadas.

Essas informações contábeis intermediárias são apresentadas com as alterações relevantes ocorridas no período, sem a repetição de determinadas notas explicativas previamente divulgadas, e consideram as informações consolidadas, que no entendimento da administração proporcionam uma visão abrangente da posição patrimonial e financeira da companhia e do desempenho de suas operações, complementadas por algumas informações individuais da controladora. Portanto, tais informações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que contemplam o conjunto completo de notas explicativas.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 13 de novembro de 2017, autorizou a divulgação destas informações trimestrais.

2.1. Uso de estimativas

Na elaboração das informações contábeis é necessário utilizar estimativas para certos ativos, passivos e outras transações. Essas estimativas incluem: reservas de petróleo e gás natural e seus impactos em outros itens das demonstrações contábeis, premissas e definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade de ativos, benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego, processos judiciais e contingências, custos com obrigações de desmantelamento de áreas, tributos diferidos sobre o lucro, contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa de exportação e perdas em crédito de liquidação duvidosa. Embora a Administração utilize premissas e julgamentos, revisados periodicamente, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Para mais informações sobre estimativas relevantes, vide nota explicativa 5 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na companhia

A companhia reconheceu, no terceiro trimestre de 2014, uma baixa no montante de R\$ 6.194 (R\$ 4.788 na Controladora) de gastos capitalizados, referente à estimativa de valores que a Petrobras pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores. Para mais informações sobre a baixa, veja nota explicativa 3 das demonstrações contábeis anuais auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2017, a companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e conseqüentemente o registro contábil de baixas complementares. A companhia monitorou as investigações da “Operação Lava Jato”, efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela companhia. A Petrobras continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com empresas ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Petrobras pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras despesas líquidas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Até o período findo em 30 de setembro de 2017, foi reconhecido em outras despesas líquidas, o ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato no montante de R\$ 815 (R\$ 661 até 31 de dezembro de 2016), sendo recebido o montante de R\$ 734 e constituído recebível de R\$ 81, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2017, em função de um acordo de leniência.

Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juiz competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal. Por esse motivo, ingressamos em 41 ações penais como assistentes de acusação e em outras quatro como parte interessada, bem como renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente aos nossos investidores e ao público em geral.

4. Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações trimestrais da Petrobras e de suas controladas, ativos e passivos de operações em conjunto e entidades estruturadas consolidadas.

A companhia não apresentou alterações significativas no conjunto de empresas consolidadas no período findo em 30 de setembro de 2017, exceto pela controlada Nova Transportadora do Sudeste (NTS) alienada em 04 de abril de 2017, conforme nota explicativa 9.1.

5. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Ofício CVM - Hedge de fluxo de caixa envolvendo exportações futuras

A partir de maio de 2013, designamos relações de *hedge* de fluxo de caixa, conforme descrito na nota explicativa 31.2, nas quais: (i) os itens protegidos são partes de nossas receitas de exportação mensais futuras altamente prováveis em dólares norte-americanos; (ii) os instrumentos de *hedge* são parte de nossas obrigações de dívida de longo prazo denominadas em dólares americanos, e (iii) o risco coberto é de variação nas mudanças nas taxas de câmbio *spot* entre o dólar dos Estados Unidos e a nossa moeda funcional, o real.

Em março de 2017, a companhia recebeu um Ofício da CVM determinando o refazimento de suas demonstrações contábeis para todos os períodos em que a contabilidade de *hedge* foi adotada para a relação entre suas exportações futuras altamente prováveis e suas dívidas em dólares norte-americanos. A Petrobras recorreu da decisão da CVM, reafirmando seu entendimento de que utiliza corretamente a prática.

Em julho de 2017, o Colegiado da CVM acatou o recurso interposto pela companhia, revertendo a determinação da área técnica da autarquia de refazimento e republicação das demonstrações contábeis. Dessa maneira, a decisão do Colegiado acolheu o entendimento da Petrobras quanto à aplicação desta prática contábil.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Caixa e bancos	3.682	1.926
Aplicações financeiras de curto prazo		
- No País		
Fundos de investimentos DI e operações compromissadas	11.268	3.845
Outros fundos de investimentos	76	427
	11.344	4.272
- No exterior		
Time deposits	16.247	10.053
Auto Invest e contas remuneradas	38.079	31.875
Títulos do Tesouro Americano	-	17.004
Outras aplicações financeiras	5.079	3.978
	59.405	62.910
Total das aplicações financeiras de curto prazo	70.749	67.182
Total de caixa e equivalentes de caixa	74.431	69.108

Os fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros, que possuem prazos de vencimentos de até três meses contados a partir da data de aquisição. As aplicações no exterior são compostas por *time deposits* com prazos de até três meses contados a partir da data de aquisição, por outras aplicações em contas remuneradas com liquidez diária e outros instrumentos de renda fixa de curto prazo.

Títulos e valores mobiliários

	Consolidado					
	30.09.2017			31.12.2016		
	País	Exterior	Total	País	Exterior	Total
Para negociação	3.680	-	3.680	2.556	-	2.556
Disponíveis para venda	428	2.064	2.492	1	-	1
Mantidos até o vencimento	306	-	306	292	-	292
Total	4.414	2.064	6.478	2.849	-	2.849
Circulante	3.680	2.064	5.744	2.556	-	2.556
Não circulante	734	-	734	293	-	293

Os títulos classificados como para negociação referem-se principalmente a investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e, em sua maioria, são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização ou vencimento no curto prazo.

Os títulos classificados como disponíveis para venda referem-se basicamente, no país, ao montante equivalente a 24 milhões de ações ordinárias emitidas pela São Martinho em substituição e na proporção das ações que a Petrobras Biocombustível S.A.(PBIO) detinha na Nova Fronteira, conforme nota explicativa 9.3 e no exterior, referem-se a títulos do tesouro britânico (GBP 475 milhões) com vencimento em março de 2018.

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Terceiros	22.190	19.972
Partes relacionadas		
Investidas (nota explicativa 18.7)	1.732	1.809
Recebíveis do setor elétrico (nota explicativa 7.4) ^(*)	16.830	16.042
Contas petróleo e álcool - créditos junto ao Governo Federal	829	875
Arrendamento mercantil financeiro	1.746	3.986
Recebíveis por desinvestimento (nota explicativa 9.1)	2.882	-
Outras	5.615	5.373
Total	51.824	48.057
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(19.299)	(17.682)
Total	32.525	30.375
Circulante	16.525	15.543
Não circulante	16.000	14.832

^(*) Inclui o valor de R\$ 776 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 817 em 31 de dezembro de 2016) referente a arrendamento mercantil financeiro a receber com empresa AME.

7.2. Contas a receber vencidos - Terceiros

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Até 3 meses	2.902	1.313
De 3 a 6 meses	137	218
De 6 a 12 meses	315	1.339
Acima de 12 meses	9.757	8.637
Total	13.111	11.507

7.3. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa – PCLD

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Saldo inicial	17.682	14.274
Adições ^(*)	2.527	4.532
Baixas	(272)	(28)
Reversões	(494)	(595)
Ajuste Acumulado de Conversão	(144)	(501)
Saldo final	19.299	17.682
Circulante	6.725	6.551
Não circulante	12.574	11.131

^(*) Em 2017, as adições são compostas, principalmente, pelo reconhecimento de provisão para perda na Sonda Vitória 10.000, no valor de R\$ 894. Em 2016, principalmente por: R\$ 1.242 do setor elétrico e R\$ 2.045 de perdas com adiantamentos a fornecedores, assunção de dívidas e gastos necessários para rescisão dos contratos junto ao estaleiro Ecovix.

7.3.1. Provisão de Recebíveis – Sonda Vitória 10.000

Em 22 de maio de 2017, a Drill Ship International BV – DSI BV, controlada da PIB BV, rescindiu o contrato de arrendamento financeiro (“CLC”) do navio sonda Vitória 10.000 celebrado com a Deep Black Drilling LLP – DBD, empresa integrante do grupo Schahin. Em 19 de julho de 2017, foi publicada decisão judicial que reconheceu esta rescisão. Na mesma data, a Schahin interpôs recurso requerendo a concessão de efeito suspensivo, o qual foi indeferido por meio de decisão publicada em 28 de julho de 2017.

Considerando esta situação, onde houve a rescisão do CLC e se configurou para fins legais o direito de retomada do navio sonda pela DSI, a companhia avaliou o valor em uso do navio sonda, baseando-se na projeção dos fluxos de caixa oriundos do uso deste ativo em projetos no Sistema Petrobras, em comparação ao contas a receber relativo ao CLC em 30 de junho de 2017. Desta forma, foi reconhecida uma perda de R\$ 818 registrada em outras despesas líquidas no segundo trimestre de 2017.

Em 9 de agosto de 2017, medidas foram adotadas para restabelecer a posse do navio sonda, o que efetivamente ocorreu em 16 de agosto de 2017. Como resultado, a companhia desreconheceu o contas a receber relativo ao arrendamento financeiro e reconheceu o navio sonda como um equipamento em Ativo Imobilizado, no montante de R\$ 1.224, e uma perda adicional de R\$ 76, referente ao complemento do faturamento do CLC e cobrança de multa contratual até a retomada do navio sonda, reconhecida no terceiro trimestre de 2017.

7.4. Contas a receber – Setor Elétrico (Sistema Isolado de Energia)

	Consolidado							
	31.12.2016	Faturamen- tos	Recebimen- tos	Transferên- cias ⁽¹⁾	Baixas	Constituição de PCLD, líquida de reversão	Atualização Monetária	30.09.2017
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)								
Amazonas Distribuidora de Energia - AME	8.065	732	(1.428)	755		(520)	721	8.325
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.201	-	(44)	-		-	90	1.247
Outros	313	94	(108)	-	(56)	88	32	363
Subtotal	9.579	826	(1.580)	755	(56)	(432)	843	9.935
Terceiros								
Cia de Gás do Amazonas - Cigás	468	1.967	(1.119)	(755)		(6)	25	580
Centrais Elétricas do Pará - Celpa		212	(301)	-		100	-	11
Outros	15	414	(403)	-	(18)	31	-	39
Subtotal	483	2.593	(1.823)	(755)	(18)	125	25	630
Contas a receber líquido	10.062	3.419	(3.403)	-	(74)	(307)	868	10.565
Contas a receber - Sistema Eletrobras (-) PCLD	16.042 (6.463)	826	(1.580)	755	(56)	(432)	843	16.830 (6.895)
Subtotal	9.579	826	(1.580)	755	(56)	(432)	843	9.935
Contas a receber - Terceiros (-) PCLD	1.683 (1.200)	2.593	(1.823)	(755)	(18)	125	25	1.705 (1.075)
Subtotal	483	2.593	(1.823)	(755)	(18)	125	25	630
Total de contas a receber (-) PCLD	17.725 (7.663)	3.419	(3.403)	-	(74)	-	868	18.535 (7.970)
Contas a receber líquido	10.062	3.419	(3.403)	-	(74)	(307)	868	10.565

⁽¹⁾ Transferência de recebíveis vencidos da Cigás para AME, conforme previsto no contrato comercial de compra e venda de gás natural (contratos upstream e downstream) entre Petrobras, Cigás e AME.

A companhia fornece óleo combustível e gás natural, entre outros produtos, para usinas de geração termoeletrica (controladas da Eletrobras), concessionárias estaduais e produtores independentes de energia (PIE) que compõem o Sistema Isolado de energia na região norte do país (Isolados e Manaus). Este sistema corresponde ao serviço público de distribuição de energia elétrica que, em sua configuração normal, não está ainda em condições de ter a totalidade de sua demanda de energia elétrica atendida pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), por razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), cuja finalidade principal é o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica nos Sistemas isolados e em Manaus. Contudo, diversas alterações ocorridas na legislação quanto na regulação do setor elétrico, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012 que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos Sistemas Isolados e Manaus, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, por deficiência de caixa, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor, notadamente da AME.

A fim de regularizar esta situação, a companhia intensificou negociações com as concessionárias estaduais, PIE, empresas privadas e controladas da Eletrobras e, em 31 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos de confissão de dívida (CCD), no montante de R\$ 8.601, abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela SELIC, para pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015, dos quais R\$ 7.380 possuíam garantia real por penhor de créditos oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

A amortização da dívida estabelecida nos CCDs ocorre em duas etapas, sendo a primeira com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva da dívida, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão. O Grupo Eletrobras tem cumprido com os pagamentos dos CCDs assinados em 2014 mesmo que com atrasos intermitentes.

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os fornecedores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores.

Com a mudança proposta acima, esperava-se um maior equilíbrio financeiro das distribuidoras do sistema isolado, o que de fato não ocorreu, acarretando um aumento da inadimplência. No exercício de 2016, a companhia constituiu uma PCLD no montante de R\$ 1.242, líquido de reversão, para os fornecimentos vencidos sem garantias reais.

Neste contexto, a Petrobras adotou as seguintes medidas:

- cobrança judicial de créditos inadimplidos pela AME, Eletrobras e Cigás pelo fornecimento de gás natural;
- cobrança judicial de recebíveis inadimplidos pelas empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) referentes ao fornecimento de óleo combustível e outros combustíveis líquidos pela BR Distribuidora;
- suspensão de fornecimento de óleo combustível e outros combustíveis líquidos a prazo, exceto para as situações em que a companhia é obrigada a fornecer em função de decisão judicial;
- inscrição pela BR Distribuidora de controladas da Eletrobras no cadastro de inadimplentes do setor público federal do Banco Central – BACEN; e
- Inscrição pela Petrobras da Amazonas Distribuidora de Energia (AME) no cadastro de inadimplentes da ANEEL no período de abril de 2016 a maio de 2017. A partir de maio de 2017, a ANEEL excluiu tal débito do cadastro, com o argumento de que a compra de combustível não configura dívida intrassetorial, o que foi contestado administrativamente pela Petrobras junto ao Regulador.

No período findo em 30 de setembro de 2017, a companhia reconheceu PCLD de R\$ 307 (constituição de R\$ 1.215 em 30 de setembro de 2016), líquida de reversão, principalmente por contas a receber vencidos sem garantia, relativo a fornecimentos de óleo combustível e gás natural, compensado pelos recebimentos de valores vencidos da CELPA.

8. Estoques

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Petróleo	10.589	11.485
Derivados de petróleo	8.821	8.634
Intermediários	2.019	2.281
Gás Natural e GNL ^(*)	108	435
Biocombustíveis	455	686
Fertilizantes	88	85
Total de produtos	22.080	23.606
Materiais, suprimentos e outros	3.809	4.053
Total	25.889	27.659
Circulante	25.851	27.622
Não circulante	38	37

^(*) GNL - Gás Natural Liquefeito

Os estoques consolidados são apresentados deduzidos de provisão, para ajuste ao seu valor realizável líquido, no montante de R\$ 7 (R\$ 92 em 31 de dezembro de 2016), sendo estes ajustes decorrentes, principalmente, de oscilações nas cotações internacionais do petróleo e seus derivados. No período de janeiro a setembro de 2017, a provisão reconhecida no resultado, como custo dos produtos e serviços vendidos, foi de R\$ 216 (R\$ 1.195 no período de janeiro a setembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possuía em volume de estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, no valor de R\$ 12.091 (R\$ 6.449 em 31 de dezembro de 2016), conforme nota explicativa 21.1. O valor dessa garantia foi revisado e atualizado no terceiro trimestre de 2017 para refletir o aumento dos compromissos assumidos no TCF.

9. Vendas de ativos e outras reestruturações societárias

A companhia tem em vigor um plano de parcerias e desinvestimento e avalia oportunidades de desinvestimentos em suas diversas áreas de atuação. A carteira de desinvestimentos é dinâmica, pois o desenvolvimento das transações depende das condições negociais, legais e de mercado, podendo sofrer alterações em função do ambiente externo e da análise contínua dos negócios da companhia.

Em 7 de dezembro de 2016, o TCU proferiu medida cautelar impedindo a Petrobras de iniciar novos projetos de desinvestimentos e concluir os projetos em andamento, exceto para transações que estavam em fase final, até decisão de mérito sobre a sistemática para desinvestimentos da companhia.

A companhia revisou sua sistemática de desinvestimentos e, em 15 de março de 2017, o TCU revogou a referida cautelar e autorizou a companhia a prosseguir com seu plano de desinvestimento conforme a metodologia revisada.

Neste sentido, em 30 de março de 2017, a Diretoria Executiva da companhia aprovou a construção de sua nova carteira de desinvestimento, composta por projetos que, desde o início, seguem os procedimentos conforme sistemática de desinvestimentos revisada e aprovada pelo TCU.

9.1. Vendas de ativos

Venda dos ativos de distribuição no Chile

Em 22 de julho de 2016, foi assinado com a Southern Cross Group, o contrato de compra e venda (*Sale and Purchase Agreement – SPA*) de 100% da Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD), empresa do segmento de distribuição, detida através da Petrobras Caribe Ltda.

Em 4 de janeiro de 2017, a operação de venda da Petrobras Chile Distribución (“PCD”) foi concluída, resultando na entrada de caixa de US\$ 470 milhões, dos quais US\$ 90 milhões foram oriundos da distribuição de dividendos líquidos de impostos da PCD, ocorrida em 09 de dezembro de 2016, e os demais US\$ 380 milhões através de pagamento pela Southern Cross, tendo sido apurado um ganho de R\$ 2, reconhecido em outras despesas líquidas, considerando *impairment* de R\$ 266 em 31 de dezembro de 2016.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificada para resultado, como outras despesas líquidas, a perda de R\$ 248, oriunda da depreciação cambial do peso chileno frente ao dólar, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 22.2.

Venda de Participação na Nova Transportadora do Sudeste e reestruturações societárias previstas

Em 22 de setembro de 2016, o Conselho de Administração da companhia aprovou a venda de 90% das ações da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), empresa do segmento de gás e energia, após reestruturação societária prevista para que a NTS concentre ativos de transporte do Sudeste (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), para a Brookfield Infrastructure Partners (BIP) e suas afiliadas, através de um Fundo de Investimento em Participações (FIP), cujos demais cotistas são British Columbia Investment Management Corporation (BCIMC), CIC Capital Corporation (subsidiária integral da China Investment Corporation - CIC) e GIC Private Limited (GIC).

Dentro do processo de reestruturação societária, foram efetivadas as seguintes alterações:

- Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da NTS, a proposta de aumento de capital no valor de R\$ 2,31 bilhões, com base em Laudo de Avaliação independente emitido em 14 de outubro de 2016, mediante a subscrição pela Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) de novas ações a serem integralizadas pelo referido acervo líquido. A aprovação deste aumento de capital foi condicionada à emissão das Autorizações de Operação Provisórias (AOs);
- Em 21 de outubro de 2016, foi aprovada pela AGE da TAG a redução de capital em valor correspondente ao seu investimento total na NTS, no valor de R\$ 2,6 bilhões, por excesso de capital com a transferência da totalidade das ações da NTS para a Petrobras. A aprovação dessa redução também foi condicionada à emissão das AOs, que ocorreu em 24 de outubro de 2016.

Esta operação contempla a continuidade da capacidade e dos termos atualmente contratados pela Petrobras, através de cinco contratos de transporte de gás na modalidade firme, com obrigação de 100% *ship-or-pay*. Os contratos têm vigência de 20 anos com prazos de encerramento, contados a partir de 2016, e as tarifas são reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e reajustadas pelo IGP-M.

Em 4 de abril de 2017, após o cumprimento de todas as condições precedentes e ajustes previstos no contrato de compra e venda, a operação foi concluída por US\$ 5,08 bilhões, com o recebimento, nesta mesma data, de US\$ 4,23 bilhões, sendo US\$ 2,59 bilhões referente à venda das ações, US\$ 100 milhões destinados a uma *Escrow Accounting* como garantia para pagamento de gastos com remediações de dutos e US\$ 1,64 bilhão referente a debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 anos, para substituição de dívida com a Petrobras Global Trading B.V. (“PGT”). O restante referente à venda de ações, no valor de US\$ 850 milhões, será pago no quinto ano, com juros anuais a uma taxa fixa, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

Nesta data, o ganho apurado foi de R\$ 6.977, incluindo o ganho na remensuração de R\$ 698, reconhecido em outras despesas líquidas. Em 30 de junho de 2016, este valor estava sujeito a ajustes finais de preço previstos contratualmente.

Em 10 de outubro 2017, houve pagamento do ajuste de preço final no valor de R\$63, conforme previsto contratualmente, totalizando um ganho na operação de R\$ 7.040.

Venda da Guarani

Em 28 de dezembro de 2016, a Petrobras Biocombustível S.A. (P BIO) alienou a totalidade de sua participação na Guarani S.A., empresa do segmento de biocombustível, correspondente a 45,97% de seu capital para Tereos Participations S.A., empresa do grupo francês Tereos.

Em 3 de fevereiro de 2017, a operação de venda foi concluída com o pagamento de US\$ 202,75 milhões pela Tereos Participations S.A.S., após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato. Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado *impairment* de R\$ 578.

Adicionalmente, em decorrência desta operação, foi reclassificado para resultado, como outras despesas líquidas, um ganho de R\$ 132, oriundo da apreciação cambial do metical moçambicano frente ao real, acumulada desde a aquisição do investimento e anteriormente reconhecida no patrimônio líquido como ajuste acumulado de conversão, conforme nota explicativa 22.2, compensado pela reclassificação do saldo de R\$ 69 referente a *hedge* de fluxo de caixa.

Aprovação da venda da Liquigás

Em 17 de novembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a venda da Liquigás Distribuidora S.A., empresa do segmento de abastecimento, para a Companhia Ultragaz S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2016, a operação estava sujeita a aprovação da Assembleia Geral da Petrobras e da Ultrapar bem como do Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE) e os ativos e passivos correspondentes, objetos da transação, foram classificados como mantidos para venda.

Em janeiro de 2017, a operação foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Ultrapar e da Petrobras, pelo valor de R\$ 2,7 bilhões.

Em junho de 2017, o CADE publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração e determinou diligências adicionais a serem executadas. Em agosto de 2017, foram apresentadas preocupações concorrenciais nessa operação, que ainda estão sob avaliação, e eventuais condições a serem atendidas para sua conclusão podem ser identificadas.

A companhia monitora constantemente o andamento do processo junto ao CADE e, até a presente data, não identificou novos fatos que alterem o plano de venda desta investida. Desta forma, levando-se em consideração esta análise, bem como necessidade de cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a referida aprovação pelo CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda, em 30 de setembro de 2017.

Venda da PetroquímicaSuape e da Citepe

Em 28 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou a assinatura do contrato de compra e venda das ações da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe), empresa do segmento de abastecimento, para o Grupo Petrotemex S.A. de C.V. e a Dak Americas Exterior, S.L, subsidiárias da Alpek, S.A.B. de C.V. (Alpek) pelo valor de US\$ 385 milhões, que serão pagos na data do fechamento da operação. A Alpek é uma empresa mexicana do Grupo Alfa, S.A.B. de C.V. (Alfa), de capital aberto. Este valor ainda está sujeito a ajustes de capital de giro, dívida líquida e impostos a recuperar.

Em 21 de fevereiro de 2017, a operação foi aprovada pelo Conselho de Administração do Grupo Alfa e em 27 de março de 2017 na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Petrobras.

Em 10 de outubro de 2017, a Superintendência-Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) publicou despacho declarando complexo o Ato de Concentração e determinando a realização de algumas diligências.

A companhia monitora constantemente o andamento do processo junto ao CADE e, até a presente data, não identificou novos fatos que alterem o plano de venda desta investida. Desta forma, levando-se em consideração esta análise, bem como necessidade de cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a referida aprovação pelo CADE, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda em 30 de setembro de 2017.

Aliança Estratégica entre Petrobras e a Total

Em 21 de dezembro de 2016, a companhia e a empresa Total assinaram um Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), em conexão com a Aliança Estratégica estabelecida no Memorando de Entendimentos firmado em 24 de outubro de 2016. Desta forma, certos ativos do segmento de E&P foram classificados como mantidos para venda na data base de 31 de dezembro de 2016, em função do compartilhamento de gestão em participações, conforme apresentado a seguir:

- cessão de direitos de 22,5% da Petrobras para a Total, na área da concessão denominada Iara (campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, que estão sujeitos a acordos de unitização com a área denominada Entorno de Iara, sob regime de cessão onerosa, na qual a Petrobras detém 100% de participação), no Bloco BM-S-11. A companhia permanece como operadora do Bloco;
- cessão de direitos de 35% da Petrobras para a Total, assim como a operação, na área da concessão do campo de Lapa, no Bloco BM-S-9, ficando a Petrobras com 10%; e
- venda de 50% de participação da Petrobras para a Total na Termobahia, incluindo as térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado, localizadas na Bahia. Em 31 de dezembro de 2016, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R\$156.

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a Total assinaram os contratos de compra e venda relacionados aos referidos ativos. A Total pagará à Petrobras o valor de US\$ 1,675 bilhão à vista, pelos ativos e serviços, além de pagamentos contingentes no valor de US\$ 150 milhões, associado ao volume produzido no campo de Lapa. Adicionalmente, será disponibilizado pela Total, uma linha de crédito de longo prazo no valor de US\$ 400 milhões que poderá ser acionada para financiar os investimentos da Petrobras nos campos da área de Iara.

Os contratos acima se somam a outros acordos já firmados em 21 de dezembro de 2016, que são: (i) carta que concede à Petrobras a opção de aquisição de 20% de participação no bloco 2 da área de Perdido Foldbelt, no setor mexicano do Golfo do México, assumindo apenas as obrigações futuras proporcionais à sua participação; (ii) carta de intenção para estudos exploratórios conjuntos nas áreas exploratórias da Margem Equatorial, e na Bacia de Santos; e (iii) acordo de parceria tecnológica nas áreas de petrofísica digital, processamento geológico e sistemas de produção submarinos.

As conclusões das operações estão sujeitas às aprovações dos órgãos reguladores competentes e ao potencial exercício do direito de preferência dos atuais parceiros na área de Iara, além de outras condições precedentes.

A companhia monitora constantemente o andamento do processo de cumprimento das condições precedentes e, até a presente data, não identificou novos fatos que alterem o plano de venda desta investida. Desta forma, levando-se em consideração esta análise, os ativos e passivos correspondentes objetos dessa transação continuam classificados como mantidos para venda em 30 de setembro de 2017.

9.2. Ativos classificados como mantidos para venda

As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

						Consolidado	
						30.09.2017	31.12.2016
	E&P	Distribuição	Abastecimen- to	Gás & Energia	Total	Total	Total
Ativos classificados como mantidos para venda ⁽¹⁾							
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	31	-	31	355	
Contas a receber	-	-	494	-	494	667	
Estoques	-	-	274	-	274	560	
Investimentos	-	-	16	-	16	1.233	
Imobilizado	3.899	5	892	307	5.103	14.409	
Outros	-	-	994	-	994	1.445	
Total	3.899	5	2.701	307	6.912	18.669	
Passivos associados a ativos classificados como mantidos para venda ⁽¹⁾							
Fornecedores	33	-	157	-	190	440	
Financiamentos	-	-	24	-	24	45	
Provisão para desmantelamento de área	196	-	-	-	196	170	
Outros	-	-	362	-	362	950	
Total	229	-	543	-	772	1.605	

⁽¹⁾ Em 30 de setembro de 2017, os valores referem-se, principalmente, aos ativos e passivos transferidos pela aprovação da venda, da Liquegás, Petroquímica Suape e Citepe, cessão de direitos das áreas de concessão denominadas Iara e Lapa e Térmicas Rômulo Almeida e Celso Furtado. Em 31 de dezembro de 2016, os ativos e passivos transferidos após aprovação de venda também compreendiam Petrobras Chile Distribución Ltda (PCD), Nova Transportadora do Sudeste, Guarani e Nova Fronteira.

9.3. Outras reestruturações societárias

Incorporação da Nova Fronteira Bioenergia

Em 15 de dezembro de 2016, a Petrobras através de sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. (PBIO), empresa do segmento de biocombustíveis, celebrou um acordo de incorporação e outras avenças com o grupo São Martinho S.A. (São Martinho). O acordo prevê que a participação de 49% detida pela PBIO na Nova Fronteira Bioenergia S.A. seja incorporada pela São Martinho.

Em 23 de fevereiro de 2017, a operação foi concluída com o recebimento pela PBIO de 24 milhões de novas ações ordinárias emitidas pela São Martinho, representando 6,593% do capital social votante e total desta companhia, em substituição e na proporção das ações que a PBIO detinha na Nova Fronteira. Estas ações foram classificadas como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, conforme nota explicativa 6.

Reestruturação da Petrobras Distribuidora (BR)

O Conselho da Administração da companhia aprovou em 11 de julho de 2017 a abertura de capital de sua subsidiária integral Petrobras Distribuidora S.A. (BR), que será conduzida por meio de oferta pública secundária de ações. Neste sentido, foi aprovada em agosto de 2017 a reestruturação societária de sua subsidiária Petrobras Distribuidora (BR), com a realização das seguintes operações:

- aporte de capital da Petrobras na BR no valor aproximadamente de R\$ 6.313, efetuado em 31 de agosto de 2017 para o pré-pagamento de dívidas contraídas anteriormente pela BR e garantidas pela Petrobras ; e
- cisão parcial da BR, com a separação dos recebíveis detidos pela BR decorrentes de Contratos de Confissão de Dívida (CCDs) com o Sistema Eletrobras que possuem garantias reais e dos recebíveis com outras sociedades do Sistema Petrobras, no mesmo montante do aporte acima descrito. A versão cindida foi incorporada a Downstream Participações Ltda, subsidiária da Petrobras, em 31 de agosto de 2017.

10. Investimentos

10.1. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos (*)	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.09.2017
Controladas								
PNBV(***)	68.167	5.076	80	5.092	(2.068)	-	-	76.347
PIB BV	20.076	-	-	(2.803)	(280)	-	-	16.993
TAG(****)	8.494	3.695	-	733	-	1.114	(1.179)	12.857
BR Distribuidora (*****)	7.294	6.313	(6.339)	567	-	-	-	7.835
Downstream	3	-	6.339	27	-	-	-	6.369
Transpetro	3.879	-	-	325	(27)	-	(27)	4.150
PB-LOG	3.348	-	-	454	-	-	(872)	2.930
PBIO	1.350	38	-	128	(132)	42	-	1.426
Logigás	1.190	-	-	254	-	-	(216)	1.228
Gaspetro	952	-	-	87	-	-	(23)	1.016
Breitener	633	-	-	29	-	-	(4)	658
Termomacáé Ltda	705	-	-	(610)	-	-	(20)	75
Araucária Nitrogenados	194	116	150	(460)	-	-	-	-
Outras Controladas	805	1	31	157	2	-	(25)	972
Operações em conjunto	233	-	-	39	-	-	(55)	217
Empreendimentos controlados em conjunto	314	177	-	(208)	-	4	(39)	248
Coligadas								
Braskem	3.368	-	-	1.305	(113)	583	-	5.143
Nova Transportadora do Sudeste - NTS (**)	-	-	1.150	92	-	-	(114)	1.128
Demais coligadas	167	-	-	34	-	-	(12)	189
	121.172	15.416	1.411	5.242	(2.618)	1.743	(2.586)	139.781
Outros investimentos	19	-	-	-	-	-	-	19
Total dos Investimentos	121.191	15.416	1.411	5.242	(2.618)	1.743	(2.586)	139.800
Provisão para perda em controladas				18				
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				135				
Resultado de participações em investimentos e outros resultados abrangentes				5.396				

(*) Inclui lucros não realizados de transações entre empresas.

(**) Investimento remanescente de 10% na NTS (R\$ 452) e remensuração a valor justo (R\$ 698).

(***) Aportes realizados na PNBV para atender projetos de investimento.

(****) Aportes realizados na TAG para pagamento de empréstimos junto ao BNDES.

(*****) Aporte realizado na BR e transferido para a Downstream, conforme explicado na nota 9.3.

10.2. Mutação dos investimentos (Consolidado)

	Saldo em 31.12.2016	Aportes de capital	Reorganiza- ções, redução de capital e outros	Resultado de participação em investi- mentos	Ajuste acumulado de conversão (CTA)	Outros resultados abrangentes	Dividendos	Saldo em 30.09.2017
Empreendimentos controlados em Conjunto								
Petrobras Oil & Gas B.V. - PO&G	4.654	-	-	257	(133)	-	(395)	4.383
Distribuidoras Estaduais de Gás Natural	1.076	-	-	181	-	-	(95)	1.162
Compañia Mega S.A. - MEGA	115	-	-	69	(9)	-	(37)	138
Setor Petroquímico	83	-	-	18	-	-	-	101
Demais empresas	337	232	(7)	(251)	-	4	(38)	277
Coligadas								
Braskem S.A.	3.368	-	-	1.305	(113)	583	-	5.143
Nova Transportadora do Sudeste - NTS			1.150	92			(114)	1.128
Setor Petroquímico	96	-	-	11	-	-	-	107
Demais empresas	169	-	(10)	23	(1)	-	(10)	171
Outros Investimentos	50	-	-	-	-	-	-	50
Total dos Investimentos	9.948	232	1.133	1.705	(256)	587	(689)	12.660
Resultado de empresas classificadas como mantidas para venda				(40)				
Resultado de participação em investimentos				1.665				

10.3. Investimentos em empresas com ações negociadas em bolsas

Empresa	Lote de mil ações		Tipo	Cotação em bolsa de valores (R\$ por ação)		Valor de mercado	
	30.09.2017	31.12.2016		30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Coligada							
Braskem S.A.	212.427	212.427	ON	42,80	29,99	9.092	6.371
Braskem S.A.	75.762	75.762	PNA	42,43	34,25	3.215	2.595
						12.307	8.966

O valor de mercado para essas ações não reflete, necessariamente, o valor de realização de um lote representativo de ações.

Braskem S.A. - Investimento em coligada com ações negociadas em bolsas de valores

A Braskem é uma companhia de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior. Com base nas cotações de mercado no Brasil, em 30 de setembro de 2017, a participação da Petrobras nas ações ordinárias (47% do total) e nas ações preferenciais (22% do total) da Braskem, foi avaliada em R\$ 12.307. Entretanto, apenas aproximadamente 3% das ações ordinárias dessa investida são de titularidade de não signatários do Acordo de Acionistas e sua negociação é extremamente limitada.

Considerando a relação operacional entre a Petrobras e a Braskem, em 31 de dezembro de 2016, foi realizado teste de recuperabilidade do investimento nessa coligada com base em seu valor em uso, proporcional à participação da companhia no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados da Braskem, representando fluxos futuros de dividendos e outras distribuições da investida. As avaliações de recuperabilidade não indicaram a existência de perdas por *impairment*.

As principais estimativas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da Braskem, foram apresentadas na nota explicativa 14, das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

11. Imobilizado

11.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Ativos em construção ^(*)	Gastos c/exploração e desenvolvimento (campos produtores de petróleo e gás)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	23.821	288.539	146.861	170.610	629.831	442.439
Adições	361	3.223	41.337	720	45.641	33.657
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	3.113	3.113	2.868
Juros capitalizados	-	-	5.982	-	5.982	4.470
Baixas	(210)	(465)	(4.689)	(153)	(5.517)	(5.210)
Transferências ^(***)	1.479	16.645	(55.069)	20.570	(16.375)	(5.516)
Depreciação, amortização e depleção	(1.479)	(26.102)	-	(20.422)	(48.003)	(36.742)
Impairment - constituição	(1.036)	(12.652)	(1.510)	(6.357)	(21.555)	(13.709)
Impairment - reversão	-	2.511	-	584	3.095	2.514
Ajuste acumulado de conversão	(180)	(15.128)	(7.210)	(1.818)	(24.336)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Custo	32.589	415.663	125.702	262.886	836.840	624.946
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(9.833)	(159.092)	-	(96.039)	(264.964)	(200.175)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.756	256.571	125.702	166.847	571.876	424.771
Adições	3	3.161	26.241	73	29.478	20.121
Constituição/revisão de estimativa de desmantelamento de áreas	-	-	-	96	96	44
Juros capitalizados	-	-	4.649	-	4.649	3.404
Baixas	(3)	(27)	(1.358)	(59)	(1.447)	(1.414)
Transferências	993	12.283	(21.873)	9.883	1.286	(337)
Depreciação, amortização e depleção	(1.100)	(17.125)	-	(13.239)	(31.464)	(24.180)
Impairment - constituição	(7)	(144)	(204)	-	(355)	(129)
Ajuste acumulado de conversão	(19)	(2.053)	(1.064)	(200)	(3.336)	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	22.623	252.666	132.093	163.401	570.783	422.280
Custo	33.111	425.571	132.093	272.404	863.179	645.708
Depreciação, amortização e depleção acumulada	(10.488)	(172.905)	-	(109.003)	(292.396)	(223.428)
Saldo em 30 de setembro de 2017	22.623	252.666	132.093	163.401	570.783	422.280
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	40					
	(25 a 50) (exceto terrenos)	20 (3 a 31) (**)		Método da unidade produzida		

(*) Os saldos por área de negócio são apresentados na nota explicativa 28.

(**) Contempla ativos de exploração e produção depreciados pelo método das unidades produzidas.

(***) Em 2016, inclui transferência para ativos classificados como mantidos para venda.

Em adição aos compromissos anteriormente divulgados e em linha com os investimentos definidos no Plano Estratégico e o Plano de Negócios e Gestão 2017-2021, no período findo em 30 de setembro de 2017, a companhia celebrou contratos para aquisição e construção de ativo imobilizado, com destaque para a conclusão de projeto de conversão do casco da P-76 no montante de R\$ 1.644 e o de o suprimento de dutos flexíveis de produção, gas-lift e injeção de água para diversos projetos do Pré-Sal no montante de R\$ 1.970, com vigências até março de 2018 e maio de 2022, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2017, o imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento que transferem os benefícios, riscos e controles no montante de R\$ 394 e de R\$ 6.048, respectivamente (R\$ 407 e de R\$ 6.004 em 31 de dezembro de 2016).

11.2. Direito de exploração de petróleo - Cessão Onerosa

A Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo, em até 40 anos, renováveis por mais cinco anos, sob determinadas condições. Em contrapartida, a Petrobras pagou à União o montante de R\$ 74.808, que em 30 de setembro de 2017, encontra-se registrado no Ativo Imobilizado da companhia.

O Contrato estabelece que, imediatamente após a declaração de comercialidade de cada área, são iniciados os procedimentos de revisão, os quais devem estar baseados em laudos técnicos de certificadores independentes, contratados pela Petrobras e pela ANP. A conclusão da revisão que indicará se os direitos adquiridos alcançam um valor maior ou menor sobre o montante pago pela companhia, somente ocorre após o fim da revisão de todas as áreas.

A Petrobras já declarou comercialidade em campos de todos os seis blocos previstos no Contrato: Franco (Búzios), Florim (Itapu), Nordeste de Tupi (Sépia), Entorno de Iara (Norte de Berbigão, Sul de Berbigão, Norte de Sururu, Sul de Sururu, Atapu), Sul de Guará (Sul de Sapinhoá) e Sul de Tupi (Sul de Lula).

Caso a revisão conclua que os direitos adquiridos alcançam um valor maior do que o inicialmente pago, a companhia poderá pagar a diferença à União ou reduzir proporcionalmente o volume total de barris adquiridos nos termos do Contrato visando equiparar ao valor originalmente pago. Se a revisão concluir que os direitos adquiridos resultam em um valor menor do que o inicialmente pago pela companhia, a União reembolsará a diferença, em moeda corrente, títulos ou outro meio de pagamento, sujeito às leis orçamentárias.

Para a referida revisão, estão sendo considerados os custos realizados na fase de exploração e as previsões de custo e de produção estimadas para o desenvolvimento. Como previsto no contrato, para a conclusão do processo de revisão, poderão ser renegociados: (i) Valor do Contrato; (ii) Volume máximo de barris a serem produzidos; (iii) Prazo de vigência; e (iv) Percentuais mínimos de conteúdo local.

Com o volume de informações adquiridas através da perfuração de mais de 50 poços e de testes de produção de longa duração, e com o amplo conhecimento adquirido na camada pré-sal da Bacia de Santos, foi possível caracterizar a existência de volumes excedentes aos 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

A Petrobras considera que a existência de volumes excedentes nas áreas sob Cessão Onerosa constitui oportunidade para ambas as partes, Governo e Petrobras, construírem um acordo relacionado ao ressarcimento à Petrobras no processo de revisão do Contrato. Desta forma, visando embasar uma eventual negociação relacionada ao pagamento na forma de direitos sobre os volumes excedentes, a Petrobras está complementando sua avaliação acerca desses volumes através de opinião de certificadora independente, contratada pela Petrobras para suportar a valoração dos volumes no processo de revisão do Contrato.

Até o momento, não há definições sobre o resultado da revisão. Após a apresentação dos laudos contratados pela Petrobras e pela ANP, prevista para o quarto trimestre de 2017, espera-se que sejam iniciadas as negociações relativas à revisão do Contrato.

O processo de revisão do Contrato será acompanhado pelo Comitê de Acionistas Minoritários, criado em 21 de outubro de 2016, emitindo opinião que respalde decisões do Conselho de Administração a respeito desse tema.

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

					Consolidado	Controladora
	Direitos e Concessões	Adquiridos	Softwares Desenvolvidos internamente	Ágio (goodwill)	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	9.516	308	1.131	1.117	12.072	9.133
Adições	39	53	204	-	296	208
Juros capitalizados	-	-	14	-	14	14
Baixas	(523)	-	(4)	-	(527)	(177)
Transferências	(44)	(15)	(1)	(332)	(392)	(7)
Amortização	(78)	(120)	(342)	-	(540)	(407)
Impairment - constituição	(7)	-	-	-	(7)	-
Ajuste acumulado de conversão	(178)	(4)	(4)	(67)	(253)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Custo	9.367	1.587	3.941	718	15.613	12.459
Amortização acumulada	(642)	(1.365)	(2.943)	-	(4.950)	(3.695)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	8.725	222	998	718	10.663	8.764
Adições	51	29	125	-	205	139
Juros capitalizados	-	-	10	-	10	10
Baixas	(244)	-	(7)	-	(251)	(22)
Transferências	(8)	2	4	-	(2)	5
Amortização	(49)	(68)	(243)	-	(360)	(275)
Impairment - constituição	(16)	-	-	-	(16)	-
Impairment - reversão	2	-	-	-	2	-
Ajuste acumulado de conversão	(9)	-	-	(4)	(13)	-
Saldo em 30 de setembro de 2017	8.452	185	887	714	10.238	8.621
Custo	9.104	1.604	4.043	714	15.465	12.560
Amortização acumulada	(652)	(1.419)	(3.156)	-	(5.227)	(3.939)
Saldo em 30 de setembro de 2017	8.452	185	887	714	10.238	8.621
Tempo de vida útil estimado em anos	(*)	5	5	Indefinida		

(*) O saldo é composto, preponderantemente, por ativos com vida útil indefinida. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se continua justificável.

Em 27 de setembro de 2017, a Petrobras adquiriu sete blocos na 14ª Rodada de Licitações no Regime de Concessão, realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sendo seis marítimos e um terrestre. A companhia será a operadora nos sete blocos. Nos blocos marítimos, a Petrobras terá 50% de participação, em parceria com a ExxonMobil que detém os outros 50%. No bloco terrestre, a Petrobras deterá 100% de participação.

O valor total do bônus de assinatura a ser pago pela companhia é de R\$ 1.797, no quarto trimestre de 2017.

13. Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)

A companhia avalia a recuperabilidade dos ativos com data base de 31 de dezembro, anualmente, ou quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

13.1. Imobilizado, intangível e ativos mantidos para venda

13.1.1. Jan a set/2017

No período findo em 30 de setembro de 2017, foi constituída provisão por desvalorização no montante de R\$ 351, principalmente por:

- Araucária Nitrogenados S.A. – Durante o segundo trimestre de 2017, foram verificados indicativos de desvalorização de alguns ativos decorrentes de deterioração das condições previstas para o mercado, tais como aumento nos custos de produção e redução nos volumes e preços de vendas, que resultaram em estimativa de

fluxos de caixa negativos. Os fluxos de caixa futuros consideraram as premissas e orçamentos da companhia e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 6,6% a.a. (7,8% a.a em 2016), que deriva da metodologia WACC para setor de fertilizantes. Desta forma, a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 224, principalmente no segundo trimestre de 2017; e

- Comperj – a companhia reconheceu uma perda por *impairment* de R\$ 129, no decorrer do período findo em 30 de setembro de 2017, referente ao saldo remanescente do projeto até 30 de setembro de 2017, relacionada às obras nas utilidades do Trem 1 do Comperj que também atenderão à Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), necessária para o escoamento e processamento do gás natural do polo pré-sal da Bacia de Santos.

13.1.2. Jan a set/2016

Em setembro de 2016, foram identificados indicativos de desvalorização para determinados ativos, principalmente em função de uma expectativa de recuperação mais moderada do preço internacional de petróleo, redução no dispêndio previsto na carteira de investimentos, refletindo uma otimização de portfólio com a finalidade de reduzir a alavancagem da companhia, bem como mudanças no cenário político-econômico brasileiro.

Estas mudanças alteraram as projeções de premissas econômicas de médio e longo prazo utilizadas no âmbito do novo Plano de Negócios e Gestão (PNG 2017-2021) da companhia que foi concluído e aprovado no terceiro trimestre de 2016, com reflexos diretos nas premissas-chaves dos testes de *impairment*. Mudanças no cenário político-econômico brasileiro também resultaram em aumentos nas taxas de desconto para os testes realizados em 30 de setembro de 2016.

As perdas reconhecidas no resultado do período findo em 30 de setembro de 2016 totalizaram R\$ 16.770 conforme apresentado na tabela a seguir:

Ativo ou UGC, por natureza	Consolidado				Segmento	Motivadores
	Valor contábil líquido	Valor recuperável	Perda por desvalorização (*)	Jan a set/2016		
Imobilizado e intangível						
Campos de produção de óleo e gás no Brasil (diversas UGCs)	36.591	30.406	5.936	E&P, Brasil	Câmbio e aumento de taxa de desconto	
Equipamentos vinculados à atividade de produção de óleo e gás e perfuração de poços	2.976	208	2.768	E&P, Brasil	Incertezas sobre a continuidade de projeto (cascos)	
2º trem de refinaria Abreu e Lima - RNEST	8.077	5.546	2.531	Abast, Brasil	Postergação do projeto e aumento de taxa de desconto	
Complexo Petroquímico Suape	3.569	1.558	2.011	Abast, Brasil	Redução das projeções de mercado e câmbio	
Comperj	1.186	-	1.186	Abast, Brasil	Postergação do projeto/ incertezas sobre a continuidade do projeto	
UFN III	1.699	1.202	497	G&E, Brasil	Câmbio e aumento de taxa de desconto	
Conjunto das Térmicas	8.750	8.280	470	G&E, Brasil	Aumento da taxa de desconto, redução das projeções de mercado e aumento de custos	
Araucária	638	185	453	G&E, Brasil	Aumento da taxa de desconto, câmbio e aumento de custos	
Conjunto de Navios da Transpetro	5.685	5.340	345	Abast, Brasil	Cancelamentos e postergações de projetos e aumento de taxa de desconto	
Usina de Quixadá - CE	90	-	90	Biocom, Brasil		-
Outros	999	822	177	Diversos		-
Ativos mantidos para venda						
Ativos no Chile	1.825	1.507	318	Distrib, Exterior	Valor de venda inferior ao contábil	
Outros			(12)			
Total			16.770			

(*) Constituição e reversão de *impairment*.

Informações mais detalhadas sobre as principais perdas no valor de recuperação de ativos imobilizados ou intangíveis e ativos mantidos para venda, referentes aos nove meses findos em 30 de setembro de 2016, são apresentadas na nota 13 das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2016.

14. Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás

As atividades de exploração e avaliação abrangem a busca por reservas de petróleo e gás natural desde a obtenção dos direitos legais para explorar uma área específica até a declaração da viabilidade técnica e comercial das reservas.

As movimentações dos custos capitalizados relativos aos poços exploratórios e os saldos dos valores pagos pela obtenção dos direitos e concessões para exploração de petróleo e gás natural, ambos diretamente relacionados a atividades exploratórias em reservas não provadas, são apresentados na tabela a seguir:

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Custos exploratórios reconhecidos no Ativo ⁽¹⁾		
Imobilizado		
Saldo inicial	16.728	20.310
Adições	1.925	3.543
Baixas	(180)	(3.603)
Transferências	(425)	(3.304)
Ajustes acumulados de conversão	(27)	(218)
Saldo final	18.021	16.728
Intangível	7.033	7.288
Total dos custos exploratórios reconhecidos no ativo	25.054	24.016

⁽¹⁾ Líquido de valores capitalizados e subsequentemente baixados como despesas no mesmo período.

Os custos exploratórios reconhecidos no resultado e os fluxos de caixa vinculados às atividades de avaliação e exploração de petróleo e gás natural estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Custos exploratórios reconhecidos no resultado		
Despesas com geologia e geofísica	818	1.053
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	715	3.325
Outras despesas exploratórias	37	269
Total das despesas	1.570	4.647
Caixa utilizado nas atividades		
Operacionais	844	1.164
Investimentos	2.216	3.020
Total	3.060	4.184

15. Fornecedores

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Terceiros no país	12.104	10.690
Terceiros no exterior	4.666	6.580
Partes relacionadas	2.179	1.511
Saldo total no Passivo Circulante	18.949	18.781

16. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam ao desenvolvimento de projetos de produção de petróleo e gás natural, à construção de navios e de dutos, bem como à construção e ampliação de unidades industriais, dentre outros usos diversos.

A companhia possui obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*), atendidas em 30 de setembro de 2017, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis no prazo de 90 dias para os períodos intermediários, sem revisão dos auditores independentes, e de 120 dias para o encerramento do exercício, com prazos de cura que ampliam esses períodos em 30 e 60 dias, dependendo do contrato, além de possuir cláusulas relacionadas ao nível de endividamento em determinados contratos de dívida com o BNDES.

Pré-pagamento de dívida bancária e novos financiamentos

De janeiro a setembro de 2017, a companhia captou R\$ 72.082, destacando-se: i) diversas ofertas de títulos no mercado de capitais internacional (*Global Notes*) com vencimentos em 2022, 2025, 2027, 2028 e 2044, no valor de R\$ 32.695 (US\$ 10.256 milhões); ii) emissão de debêntures no mercado de capitais doméstico com vencimentos em 2022 e 2024 no valor de R\$ 4.989; e iii) captações no mercado bancário nacional e internacional, com vencimentos de aproximadamente 5 anos em média, no valor total de R\$ 27.663.

Adicionalmente, a companhia liquidou diversos empréstimos e financiamentos no valor total de R\$ 108.026, destacando-se: (i) a recompra e/ou resgate de R\$ 24.356 (US\$ 7.569 milhões) de títulos no mercado de capitais internacional, com vencimentos entre 2018 e 2021; (ii) o pré-pagamento de R\$ 39.682 de empréstimos no mercado bancário nacional e internacional; e (iii) pré-pagamento de R\$ 4.942 de financiamentos junto ao BNDES.

A companhia ainda realizou operações de trocas de dívidas que não envolveram liquidações financeiras, destacando-se: (i) troca de R\$ 21.217 (US\$ 6.768 milhões) em títulos no mercado de capitais internacional com vencimentos entre 2019 e 2021 para novos títulos no valor de R\$ 23.815 (US\$ 7.597 milhões) e com vencimentos em 2025 e 2028; e (ii) alongamento de dívidas no mercado bancário internacional cujos vencimentos ocorreriam entre 2018 e 2020, no valor total de R\$ 5.486 (US\$ 1.750 milhões), para novas dívidas, nos mesmos valores, com vencimentos entre 2020 e 2022.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado				
	Agência de Crédito à Exportação	Mercado Bancário	Mercado de Capitais	Outros	Total
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	-	96.436	6.734	68	103.238
Ajuste acumulado de conversão	-	(342)	-	-	(342)
Adições de Financiamentos	-	1.543	-	-	1.543
Encargos incorridos no período (*)	-	1.045	1	-	1.046
Variações monetárias e cambiais	-	(5.277)	194	5	(5.078)
Pré-pagamentos	-	(18.616)	-	-	(18.616)
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	(5.778)	(471)	(8)	(6.257)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	(21)	-	-	(21)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	-	68.990	6.458	65	75.513
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	18.138	120.919	190.628	2.390	332.075
Ajuste acumulado de conversão	(2.210)	(17.565)	(30.304)	(303)	(50.382)
Adições de Financiamentos	-	24.956	33.450	-	58.406
Encargos incorridos no período (*)	13	60	178	30	281
Variações monetárias e cambiais	(617)	(4.117)	(1.931)	(80)	(6.745)
Pré-pagamentos	-	(2.549)	(18.874)	-	(21.423)
Transferência de longo prazo para curto prazo	(3.373)	(11.923)	(17.785)	(390)	(33.471)
Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda	-	-	(1.061)	-	(1.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	11.951	109.781	154.301	1.647	277.680
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	11.951	178.771	160.759	1.712	353.193
Não Circulante					
No País					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	-	68.990	6.458	65	75.513
Ajuste acumulado de conversão	-	(68)	-	-	(68)
Adições de Financiamentos	-	16.459	4.989	-	21.448
Encargos incorridos no período (*)	-	715	1	-	716
Variações monetárias e cambiais	-	38	72	(1)	109
Pré-pagamentos	-	(21.196)	-	-	(21.196)
Transferência de longo prazo para curto prazo	-	(5.543)	(297)	(6)	(5.846)
Saldo final em 30 de setembro de 2017	-	59.395	11.223	58	70.676
No Exterior					
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2017	11.951	109.781	154.301	1.647	277.680
Ajuste acumulado de conversão	(287)	(2.470)	(4.457)	(43)	(7.257)
Adições de Financiamentos	727	12.177	32.695	-	45.599
Encargos incorridos no período (*)	6	81	(44)	22	65
Variações monetárias e cambiais	(11)	(601)	2.453	(3)	1.838
Pré-pagamentos	-	(16.501)	(18.479)	-	(34.980)
Transferência de longo prazo para curto prazo	(2.392)	(10.294)	(5.533)	(124)	(18.343)
Saldo final em 30 de setembro de 2017	9.994	92.173	160.936	1.499	264.602
Saldo total em 30 de setembro de 2017	9.994	151.568	172.159	1.557	335.278

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Circulante		
Endividamento de Curto Prazo	520	1.167
Parcela Circulante de Endividamento de Longo Prazo	18.129	25.352
Juros provisionados	4.697	5.277
Total	23.346	31.796

(*) Incluem apropriações de ágio, deságio e custos de transações associados.

16.1. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em							Consolidado	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 anos em diante	Total ^(*)	Valor justo
Financiamentos em Reais (R\$):	2.718	5.676	11.138	15.536	11.051	30.777	76.896	67.475
Indexados a taxas flutuantes	1.776	3.866	9.677	14.138	9.668	25.555	64.680	
Indexados a taxas fixas	942	1.810	1.461	1.398	1.383	5.222	12.216	
Taxa média dos Financiamentos	7,1%	6,8%	6,9%	6,8%	6,9%	5,8%	6,7%	
Financiamentos em Dólares (US\$):	5.741	14.840	24.977	19.542	27.067	163.440	255.607	282.143
Indexados a taxas flutuantes	4.657	12.733	20.651	15.387	9.431	54.215	117.074	
Indexados a taxas fixas	1.084	2.107	4.326	4.155	17.636	109.225	138.533	
Taxa média dos Financiamentos	3,8%	5,3%	5,5%	5,7%	5,7%	6,4%	5,9%	
Financiamentos em R\$ indexados ao US\$:	128	267	259	259	259	249	1.421	1.462
Indexados a taxas flutuantes	16	61	61	61	61	51	311	
Indexados a taxas fixas	112	206	198	198	198	198	1.110	
Taxa média dos Financiamentos	3,5%	3,8%	3,7%	3,6%	3,3%	2,6%	3,5%	
Financiamentos em Libras (£):	148	119	-	-	-	7.286	7.553	7.894
Indexados a taxas fixas	148	119	-	-	-	7.286	7.553	
Taxa média dos Financiamentos	6,0%	6,2%	-	-	-	6,3%	6,2%	
Financiamentos em Ienes (¥):	148	289	-	-	-	-	437	467
Indexados a taxas flutuantes	148	289	-	-	-	-	437	
Taxa média dos Financiamentos	0,5%	0,4%	-	-	-	-	0,5%	
Financiamentos em Euro (€):	22	400	2.538	732	2.795	10.201	16.688	18.274
Indexados a taxas flutuantes	-	-	-	567	-	-	567	
Indexados a taxas fixas	22	400	2.538	165	2.795	10.201	16.121	
Taxa média dos Financiamentos	3,8%	4,3%	4,3%	4,5%	4,6%	4,7%	4,4%	
Financiamentos Outras Moedas:	22	-	-	-	-	-	22	22
Indexados a taxas fixas	22	-	-	-	-	-	22	
Taxa média dos Financiamentos	14,0%	-	-	-	-	-	14,0%	
Total em 30 de setembro de 2017	8.927	21.591	38.912	36.069	41.172	211.953	358.624	377.737
Taxa média dos financiamentos	4,5%	5,6%	5,8%	5,9%	5,8%	6,3%	5,9%	
Total em 31 de dezembro de 2016	31.796	36.557	68.112	53.165	61.198	134.161	384.989	387.077
Taxa média dos financiamentos	6,1%	6,0%	5,9%	5,9%	5,4%	6,4%	6,2%	

^(*) Em 30 de setembro de 2017, o prazo médio de vencimento dos financiamentos é de 8,36 anos (7,46 anos em 31 de dezembro de 2016).

Em 30 de setembro de 2017, os valores justos dos financiamentos são principalmente determinados pela utilização de:

- Nível 1 - preços cotados em mercados ativos, quando aplicável, no valor de R\$ 170.709 (R\$ 151.582 em 31 de dezembro de 2016); e
- Nível 2 - método de fluxo de caixa descontado pelas taxas *spot* interpoladas dos indexadores (ou *proxies*) dos respectivos financiamentos, observadas às moedas atreladas, e pelo risco de crédito da Petrobras, no valor de R\$ 207.028 (R\$ 235.495 em 31 de dezembro de 2016).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial é apresentada na nota explicativa 31.2.

16.2. Taxa média ponderada da capitalização de juros

A taxa média ponderada dos encargos financeiros utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos sem destinação específica a ser capitalizado como parte integrante dos ativos em construção foi de 6,15 % a.a. no período de janeiro a setembro de 2017 (5,67 % a.a. no período de janeiro a setembro de 2016).

16.3. Linhas de Crédito

Empresa	Instituição financeira	Data da abertura	Prazo	Valor		
				Contratado	Utilizado	Saldo
No exterior (Valores em US\$ milhões)						
Petrobras	JBIC	16/07/2013	31/12/2018	1.500	-	1.500
PGT BV	CHINA EXIM	24/10/2016	Indefinido	1.000	-	1.000
PGT BV	SACE	22/12/2016	22/12/2017	300	250	50
Total				2.800	250	2.550
No país						
PNBV	BNDES	03/09/2013	26/03/2018	9.878	2.669	7.209
Transpetro	BNDES	07/11/2008	12/08/2041	1.763	520	1.243
Transpetro	Banco do Brasil	09/07/2010	10/04/2038	159	76	83
Transpetro	Caixa Econômica Federal	23/11/2010	Indefinido	329	-	329
Total				12.129	3.265	8.864

16.4. Garantias

As instituições financeiras normalmente não requerem garantias para empréstimos e financiamentos concedidos à Controladora. Entretanto, existem financiamentos concedidos por instrumentos específicos de fomento, que contam com garantias reais. Adicionalmente, os contratos de financiamento obtidos junto ao China Development Bank (CDB) também possuem garantias reais, conforme nota explicativa 18.5.

Os empréstimos obtidos por entidades estruturadas estão garantidas pelos próprios projetos, bem como por penhor de direitos creditórios.

Os financiamentos junto ao mercado de capitais, que correspondem a títulos emitidos pela companhia, não possuem garantias reais.

17. Arrendamentos mercantis

17.1. Recebimentos / pagamentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro

Compromissos estimados	Recebimentos			Pagamentos		
	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente	Valor futuro	Juros anuais	Valor presente
2017	77	(47)	30	35	(19)	16
2018 - 2021	1.543	(796)	747	596	(295)	301
2022 - em diante	2.305	(560)	1.745	1.357	(886)	471
Em 30 de setembro de 2017 (*)	3.925	(1.403)	2.522	1.988	(1.200)	788
Circulante			150			83
Não circulante			2.372			705
Em 30 de setembro de 2017 (*)			2.522			788
Circulante			297			59
Não circulante			4.506			736
Em 31 de dezembro de 2016			4.803			795

(*) Rescisão do contrato de arrendamento financeiro do navio sonda Vitória 10.000, conforme nota explicativa 7.3.1.

17.2. Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, unidades de produção de petróleo e gás natural, sondas de perfuração e outros equipamentos de exploração e produção, navios, embarcações de apoio, helicópteros, terrenos e edificações.

	<u>Consolidado</u>
2017	8.973
2018	26.301
2019	19.452
2020	18.956
2021	20.252
2022 em diante	206.109
Em 30 de setembro de 2017	<u>300.043</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>315.865</u>

Em 30 de setembro de 2017, os saldos de contratos de arrendamento mercantil operacional que ainda não tinham sido iniciados em função dos ativos relacionados estarem em construção ou não terem sido disponibilizados para uso, representam o montante de R\$ 175.976 no Consolidado (R\$ 161.884 em 31 de dezembro de 2016).

No período de janeiro a setembro de 2017, a companhia reconheceu gastos com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 23.800 (R\$ 25.553 no período de janeiro a setembro de 2016).

18. Partes relacionadas

A companhia possui política de Transações com Partes Relacionadas que se aplica também às demais Sociedades do Sistema Petrobras, observados seus trâmites societários, conforme disposto no Estatuto Social da Petrobras.

Esta política estabelece os princípios que orientam a Petrobras e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas e em situações em que haja potencial conflito de interesses nestas operações, de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhado à transparência nos processos e às melhores práticas de Governança Corporativa, tais como: (i) Transações com Partes Relacionadas devem ser celebradas em condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, pela equidade e pelos interesses da companhia; (ii) ser divulgadas e refletidas nos relatórios da companhia, de forma correta e completa, em total observância à legislação vigente; e (iii) análise prévia pelo Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) para transações celebradas com coligadas, com a União e com sociedades controladas por pessoal chave da administração e familiares, com reporte mensal destas análises ao Conselho de Administração, para as transações que atendam aos critérios de materialidade estabelecidos na Instrução CVM 480/09.

As transações com partes relacionadas envolvendo a União, suas autarquias e fundações, que estejam na alçada de aprovação do Conselho de Administração, deverão ser precedidas de avaliação pelo Comitê de Auditoria Estatutário, pelo Comitê Financeiro e pelo Comitê de Minoritários e deverá ser aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros eleitos do Conselho de Administração.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

18.1. Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

	30.09.2017			31.12.2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Ativo						
Contas a receber						
Contas a receber, principalmente por vendas	7.931	-	7.931	10.031	-	10.031
Dividendos a receber	1.982	-	1.982	3.045	-	3.045
Operações de mútuo	-	36	36	-	225	225
Adiantamento para aumento de capital	-	205	205	-	3.882	3.882
Valores vinculados à construção de gasoduto	-	906	906	-	1.126	1.126
Arrendamentos mercantis financeiros	102	889	991	98	914	1.012
Outras operações	481	451	932	558	425	983
Ativos mantidos para venda	352	-	352	702	-	702
Total	10.848	2.487	13.335	14.434	6.572	21.006
Passivo						
Arrendamentos mercantis financeiros	(1.234)	(4.002)	(5.236)	(1.096)	(4.452)	(5.548)
Operações de mútuo	-	(15.660)	(15.660)	-	(28.903)	(28.903)
Pré pagamento de exportação	(30.593)	(101.948)	(132.541)	(28.115)	(101.011)	(129.126)
Fornecedores	(11.447)	-	(11.447)	(12.116)	-	(12.116)
Compras de petróleo, derivados e outras	(7.179)	-	(7.179)	(6.373)	-	(6.373)
Afretamento de plataformas	(3.622)	-	(3.622)	(5.282)	-	(5.282)
Adiantamento de clientes	(646)	-	(646)	(461)	-	(461)
Outras operações	-	(286)	(286)	-	-	-
Total	(43.274)	(121.896)	(165.170)	(41.327)	(134.366)	(175.693)
Resultado						
				Jan-Set/2017	Jan-Set/2016	
Receitas, principalmente de vendas				97.745	95.038	
Variações monetárias e cambiais líquidas				(3.496)	(5.577)	
Receitas (despesas) financeiras líquidas				(7.730)	(9.372)	
Total				86.519	80.089	

18.2. Transações comerciais com Empresas do Sistema (controladora)

	Resultado		30.09.2017		31.12.2016		30.09.2017		31.12.2016	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Ativo Total	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Passivo Total	Passivo Total
Controladas (*)										
BR	51.284	57.660	1.744	-	1.744	2.259	(178)	-	(178)	(211)
PIB BV	15.692	5.284	3.090	112	3.202	4.395	(32.042)	(117.609)	(149.651)	(158.760)
Gaspetro	5.565	4.857	929	104	1.033	849	(477)	-	(477)	(291)
PNBV	1.812	2.214	1.559	12	1.571	1.880	(3.944)	-	(3.944)	(5.891)
Transpetro	691	736	667	212	879	1.169	(1.709)	-	(1.709)	(1.093)
Logigás	7	(118)	25	906	931	1.368	(118)	-	(118)	(205)
Termoelétricas	(116)	(171)	32	35	67	322	(160)	(844)	(1.004)	(1.103)
Fundo de Investimento										
Imobiliário	(146)	(213)	69	-	69	66	(337)	(1.378)	(1.715)	(1.723)
TAG	241	(1.202)	1.352	889	2.241	5.942	(2.044)	-	(2.044)	(1.938)
PDET Off Shore (**)	(83)	(92)	-	-	-	-	(388)	(430)	(818)	(888)
Outras Controladas	2.017	2.367	1.091	215	1.306	2.272	(656)	-	(656)	(1.634)
Total Controladas	76.964	71.322	10.558	2.485	13.043	20.522	(42.053)	(120.261)	(162.314)	(173.737)
Entidades estruturadas										
CDMPI	(131)	(151)	-	-	-	-	(370)	(1.349)	(1.719)	(1.876)
Total entidades estruturadas	(131)	(151)	-	-	-	-	(370)	(1.349)	(1.719)	(1.876)
Coligadas										
Empresas do Setor										
Petroquímico	9.655	8.882	58	-	58	412	6	-	6	(72)
Outras Coligadas	31	36	232	2	234	72	(857)	(286)	(1.143)	(8)
Total coligadas	9.686	8.918	290	2	292	484	(851)	(286)	(1.137)	(80)
Total	86.519	80.089	10.848	2.487	13.335	21.006	(43.274)	(121.896)	(165.170)	(175.693)

(*) Inclui suas controladas e negócios em conjunto.

(**) Em 23 de agosto de 2017, a Petrobras adquiriu ações da PDET Offshore S.A., que deixou de ser uma Entidade Estruturada para ser uma controlada com 100% de participação.

18.3. Taxas anuais de operações de mútuo

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
De 5,01% a 7%	-	77	(15.660)	(28.903)
De 7,01% a 9%	-	100	-	-
Acima de 9,01%	36	48	-	-
Total	36	225	(15.660)	(28.903)

18.4. Fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados (FIDC-NP)

A controladora mantém recursos investidos no FIDC-NP que são destinados, preponderantemente, à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por controladas do Sistema Petrobras. Os valores investidos estão registrados em contas a receber.

As cessões de direitos creditórios, performados e não performados, estão registradas como financiamentos no passivo circulante.

	Controladora	
	30.09.2017	31.12.2016
	Contas a receber, líquidas	14.731
Cessões de direitos creditórios	(18.689)	(23.121)
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Receita Financeira FIDC-NP	947	702
Despesa Financeira FIDC-NP	(1.605)	(1.966)
Resultado financeiro	(658)	(1.264)

18.5. Garantias

A Petrobras tem como procedimento conceder garantias às subsidiárias e controladas para algumas operações financeiras realizadas no Brasil e no exterior.

As garantias oferecidas pela Petrobras, principalmente fidejussórias, são efetuadas com base em cláusulas contratuais que suportam as operações financeiras entre as subsidiárias/controladas e terceiros, garantindo assunção do cumprimento de obrigação de terceiro, caso o devedor original não o faça.

As operações financeiras realizadas por estas subsidiárias e garantidas pela Petrobras apresentam os seguintes saldos a liquidar:

Data de Vencimento das Operações						30.09.2017	31.12.2016
	PGF ^(*)	PGT ^(**)	PNBV	TAG	Outros	Total	Total
2017	-	-	-	-	-	-	6.374
2018	880	1.584	2.037	-	547	5.048	20.935
2019	7.510	6.653	6.890	-	614	21.667	45.463
2020	5.470	8.976	1.296	-	3.710	19.452	41.270
2021	20.413	-	554	-	855	21.822	47.950
2022	11.750	15.278	-	4.088	1.952	33.068	9.008
2023 em diante	118.869	35.562	7.754	-	1.379	163.564	116.870
Total	164.892	68.053	18.531	4.088	9.057	264.621	287.870

(*) Petrobras Global Finance B.V., controlada da PIB BV.

(**) Petrobras Global Trading B.V., controlada da PIB BV.

A PGT, subsidiária integral da Petrobras, presta garantia real em duas operações de financiamento que a Petrobras obteve junto ao China Development Bank (CDB), com vencimentos em 2019 e 2026, por meio da colateralidade de seus recebíveis futuros das vendas de petróleo bruto, originadas das exportações da Petrobras, para compradores específicos (no máximo 300.000 bbl/d até 2019 e no máximo 200.000 bbl/d de 2020 até 2026), sendo o valor da garantia limitado ao saldo devedor da dívida.

18.6. Fundo de investimento no exterior de subsidiárias

Em 30 de setembro de 2017, uma controlada da PIB BV mantinha recursos investidos diretamente ou por meio de fundo de investimento no exterior que detinha, entre outros, títulos de dívidas da PGF, da controlada PDET e de entidades estruturadas consolidadas relacionados principalmente aos projetos CDMPI e Charter, equivalentes a R\$ 4.407 (R\$ 10.389, em 31 de dezembro de 2016).

18.7. Transações com empreendimentos em conjunto, coligadas, entidades governamentais e fundos de pensão

A companhia realiza, e espera continuar a realizar, negócios no curso normal de várias transações com seus empreendimentos em conjunto, coligadas, fundos de pensão, bem como com seu acionista controlador, o governo federal brasileiro, que inclui transações com os bancos e outras entidades sob o seu controle, tais como financiamentos e serviços bancários, gestão de ativos e outras.

As transações significativas resultaram nos seguintes saldos:

	Jan-Set/2017		30.09.2017		Jan-Set/2016		Consolidado	
	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	31.12.2016	Passivo
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas								
Distribuidoras estaduais de gás natural	5.195	945	458	4.669	803	226		
Empresas do setor petroquímico	9.269	65	9	8.865	426	88		
Outros empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	(1.025)	722	1.998	1.208	580	1.245		
Subtotal	13.439	1.732	2.465	14.742	1.809	1.559		
Entidades governamentais								
Títulos públicos federais	346	7.099	-	361	3.628	-		
Bancos controlados pela União Federal	(3.471)	15.585	45.905	(8.398)	13.408	64.727		
Setor elétrico (nota explicativa 7.4)	1.669	16.830	12	2.579	16.042	8		
Contas petróleo e álcool - créditos junto a União Federal	4	829	-	14	875	-		
Outros	744	273	545	682	1.326	1.081		
Subtotal	(708)	40.616	46.462	(4.762)	35.279	65.816		
Planos de Pensão	1	168	161	-	158	324		
Total	12.732	42.516	49.088	9.980	37.246	67.699		
Receitas, principalmente de vendas	18.020			16.994				
Compras e serviços	(3.023)			-				
Variações monetárias e cambiais líquidas	896			(993)				
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.161)			(6.021)				
Ativo circulante		10.647			9.979			
Ativo não circulante		31.869			27.267			
Passivo circulante			5.595			13.157		
Passivo não circulante			43.493			54.542		
Total	12.732	42.516	49.088	9.980	37.246	67.699		

Em adição às transações acima apresentadas, a Petrobras e a União assinaram, em 2010, o Contrato de Cessão Onerosa, pelo qual a União cedeu à Petrobras o direito de exercer as atividades de pesquisa e lavra de hidrocarbonetos na área do pré-sal, com produção limitada ao volume máximo de 5 bilhões de barris equivalentes de petróleo.

Vide nota explicativa 11.2 para maiores informações sobre o Contrato de Cessão Onerosa.

18.8. Remuneração da administração da companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Petrobras Controladora são apresentadas a seguir:

	Jan-Set2017			Jan-Set/2016		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares)	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração (Titulares e suplentes)	Total
Salários e benefícios	9,5	0,7	10,2	8,5	1,0	9,5
Encargos sociais	2,7	0,1	2,8	2,4	0,2	2,6
Previdência complementar	0,8	-	0,8	0,8	-	0,8
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	0,4	-	0,4
Remuneração total	13,0	0,8	13,8	12,1	1,2	13,3
Número de membros - média no período ^(*)	8,00	9,00	17,00	7,56	11,67	19,23
Número de membros remunerados - média no período ^(**)	8,00	6,00	14,00	7,56	9,78	17,34

^(*) Corresponde à média do período do número de membros apurados mensalmente.

^(**) Corresponde à média do período do número de membros remunerados apurados mensalmente.

No período de janeiro a setembro de 2017, a despesa consolidada com os honorários de diretores e conselheiros do Sistema Petrobras totalizou R\$ 57,0 (R\$ 55,0 no período de janeiro a setembro de 2016).

A remuneração dos membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração deve ser considerada à parte do limite global da remuneração fixado para os administradores, ou seja, os valores percebidos não são classificados como remuneração dos administradores.

Os membros do Conselho de Administração que participarem do Comitê de Auditoria Estatutário renunciam à remuneração de Conselheiro de Administração, conforme estabelece o art. 38, § 8º do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e os mesmos fizeram jus a uma remuneração total de R\$ 201 mil no período de abril a setembro de 2017 (R\$ 242 mil, considerando os encargos sociais).

A Assembleia Geral Ordinária da Petrobras, realizada em 27 de abril de 2017, fixou os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria em 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

19. Provisões para desmantelamento de áreas

Passivo não circulante	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Saldo inicial	33.412	35.728
Revisão de provisão	96	(1.785)
Transferências referentes a passivos mantidos para venda	(15)	(60)
Utilização por pagamentos	(1.530)	(2.606)
Atualização de juros	1.811	2.290
Outros	(25)	(155)
Saldo final	33.749	33.412

A companhia revisa anualmente, com data base em 31 de dezembro, seus custos estimados com desmantelamento de áreas de produção de petróleo e gás, em conjunto com seu processo de certificação anual de reservas ou quando houver indicativo de mudanças em suas premissas.

20. Tributos

20.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado				
	Ativo Circulante		Passivo Circulante		Passivo Não Circulante
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017
No país					
Tributos sobre o lucro	1.427	1.938	335	364	0
Programas de regularização de débitos federais (*)	-	-	783	-	2.950
	1.427	1.938	1.118	364	2.950
No exterior	104	23	33	48	-
Total	1.531	1.961	1.151	412	2.950

(*) Detalhamento na nota explicativa 20.2.

Demais impostos e contribuições	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante*	
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016
Impostos no país:								
ICMS / ICMS diferido	3.290	3.156	2.520	2.202	3.090	3.513	-	-
PIS e COFINS / PIS e COFINS diferido	2.394	2.314	7.524	7.374	3.269	1.509	-	-
CIDE	60	71	-	-	357	386	-	-
Participação especial/Royalties	-	-	-	-	3.853	4.015	-	-
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	-	-	321	1.584	-	-
Programas de regularização de débitos federais (**)	-	-	-	-	954	90	-	-
Outros	571	540	309	623	440	621	87	65
Total no país	6.315	6.081	10.353	10.199	12.284	11.718	87	65
Impostos no exterior	53	111	53	37	91	108	-	-
Total	6.368	6.192	10.406	10.236	12.375	11.826	87	65

(*) Os valores de demais impostos e contribuições no passivo não circulante estão classificados em "Outras contas e despesas a pagar".

(**) Inclui valor de R\$ 6 referente REFIS de exercícios anteriores

20.2. Programas de regularização de débitos federais

A companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), ao Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) e ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituídos pelas Medidas Provisórias nº 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, visando a liquidação de processos administrativos e judiciais a Receita Federal do Brasil (RFB), Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e de autarquias e fundações públicas federais no valor de R\$ 9.995. As adesões permitiram o uso dos benefícios de reduções de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos de prejuízo fiscal, observando as obrigações impostas pelos Programas, permitindo uma redução destes débitos de natureza tributária e não tributária para o valor de R\$ 7.131.

Em 30 de setembro de 2017, as obrigações da companhia no escopo dos referidos programas são apresentadas a seguir:

	Adesão com benefícios	Pagamento			Atualização Monetária	30.09.2017
		Caixa	Prejuízo Fiscal	Total		
PRT						
IRPJ/CSLL	1.061	(212)	(342)	(554)	-	507
Outros tributos	599	(120)	(479)	(599)	-	-
	1.660	(332)	(821)	(1.153)	-	507
PERT						
IRPJ/CSLL	4.515	(1.326)	-	(1.326)	37	3.226
Outros tributos	238	(8)	-	(8)	-	230
	4.753	(1.334)	-	(1.334)	37	3.456
PRD						
Participações especiais e royalties	718	-	-	-	-	718
Total	7.131	(1.666)	(821)	(2.487)	37	4.681
Circulante						1.731
Não Circulante						2.950

20.2.1. Programa de Regularização Tributária (PRT)

O PRT permitiu a inclusão de débitos de natureza tributária e não tributária, junto à RFB e PGFN, vencidos até 30 de novembro de 2016.

A companhia incluiu neste programa processos na esfera administrativa no montante de R\$ 1.660, relativos a pedidos de compensação não homologados de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e de outros tributos federais, cujas expectativas de perdas, em sua maioria, eram consideradas como prováveis.

A companhia avaliou as opções do programa e decidiu pelo pagamento dos débitos tributários no montante de R\$ 1.660, sendo R\$ 332 em espécie e R\$ 1.328 com o benefício da utilização de créditos de prejuízo fiscal, dos quais R\$ 821 já foram compensados até 30 de setembro de 2017 e o restante no valor de R\$ 507 será compensado em até 12 meses.

Com a adesão ao PRT, em maio de 2017, houve a reversão de processos judiciais provisionados no montante de R\$ 1.560 e o impacto negativo no resultado foi de R\$ 264, líquido de efeitos fiscais, conforme apresentado na nota 20.2.4.

20.2.2. Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

O PERT abrange débitos de natureza tributária e não tributária, junto à RFB e à PGFN, vencidos até 30 de abril de 2017, constituídos ou não, em discussão administrativa ou judicial.

A companhia incluiu inicialmente neste programa o processo judicial de R\$ 6.541, relacionado ao auto de infração da RFB sobre a dedutibilidade integral das obrigações assumidas pela companhia em 2008 nos Termos de Compromissos Financeiros (TCF), celebrados com a Petros e entidades representantes dos empregados, na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A obrigação assumida por intermédio do TCF representou contrapartida às adesões feitas aos participantes do Plano Petros à repactuação para a alteração de benefícios do plano e ao encerramento de litígios existentes na época.

A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. Após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou a expectativa de perda de parte deste processo para provável.

Considerando que este processo tramitava no âmbito da PGFN, não havendo assim a possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal, a companhia avaliou as demais opções do programa e decidiu pela resolução deste processo judicial de R\$ 6.541, com benefício de redução de juros, multas e encargos legais, com pagamento de R\$ 4.356, sendo R\$ 1.308 pagos em agosto de 2017, acrescido de juros referente ao período, e o restante em 145 parcelas mensais e sucessivas, no valor total de R\$ 3.048, sujeito à atualização pela taxa SELIC, com vencimento da primeira parcela em janeiro de 2018.

Originalmente o prazo de adesão ao programa encerraria em 31 de agosto de 2017. Contudo, a Medida Provisória nº 807, de 31 de outubro de 2017, prorrogou o prazo de adesão até 14 de novembro de 2017. Desse modo, a companhia incluiu débitos administrados pela RFB que tiveram decisões desfavoráveis no período com alteração de sua expectativa de perda para provável, no montante de R\$ 718, que após os benefícios de reduções serão liquidados no montante de R\$ 394, cuja modalidade de adesão foi preponderantemente à vista, com pagamento de R\$ 325 até janeiro de 2018 e o saldo remanescente de R\$ 69 em 145 parcelas, cujos processos são relacionados a:

- Benefício fiscal de redução integral das alíquotas do Imposto de Importação (II) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na importação de equipamentos necessários à instalação das unidades geradoras de energia elétrica da Termorio S.A., atualmente incorporada na Petrobras, no montante de R\$ 330. Após os descontos, o valor é reduzido para R\$ 150.
- Aproveitamento de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL da Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos (CLEP), atualmente incorporada na Petrobras, no montante de R\$ 120. Após os descontos, o valor é reduzido para R\$ 63.
- Contribuições destinadas às entidades privadas de serviço social e de formação profissional, além de programas de integração social (PIS) e de financiamento da seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 80. Após os descontos, o valor é reduzido para R\$ 60.
- Débitos relativos a IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, INSS e IPI de controladas (BR e Transpetro) no montante de R\$ 188. Após os descontos, o valor é reduzido para R\$ 121.

Dessa forma, o impacto negativo no resultado do período findo em 30 de setembro de 2017 foi de R\$ 6.347, conforme nota 20.2.4, considerando a adesão líquida dos efeitos fiscais no valor de R\$ 4.084, reversão de processos judiciais provisionados no montante de R\$ 24 e a revisão do procedimento adotado pela Petrobras para os exercícios de 2012 a 2017, que não gera efeito sobre o caixa, mas apenas sobre o saldo de prejuízo fiscal no valor de R\$ 2.287.

Quanto ao processo referente ao plano Petros, administrado pela PGFN, tendo em vista a ampliação dos percentuais de descontos oferecidos pela Lei 13.496, haverá redução no valor das parcelas vincendas, conforme previsto na Portaria PGFN nº 1.032, de 26 de outubro de 2017, o que significará uma economia adicional para companhia de aproximadamente R\$ 395, líquido de impostos, a ser registrada no quarto trimestre de 2017.

20.2.3. Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD)

O PRD abrange débitos de natureza não tributária junto a autarquias e fundações públicas federais, vencidos até 25 de outubro de 2017, constituídos ou não, em discussão administrativa ou judicial, incluindo débitos objetos de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos.

A companhia incluiu neste programa débitos relativos a participações especiais e royalties incidentes sobre a produção de petróleo e gás natural, cujas expectativas de perda estavam classificadas como prováveis, em virtude de decisões judiciais ocorridas em agosto de 2017, acolhendo os argumentos da Agência Nacional de Petróleo (ANP) nos processos em discussão.

A companhia avaliou as opções do programa e decidiu pela resolução desses processos, no total de R\$ 1.076, com os benefícios de redução de juros, multas e encargos legais, com pagamento de R\$ 718, sendo R\$ 430 a serem pagos no quarto trimestre de 2017 e R\$ 288 em janeiro de 2018.

Com a adesão ao PRD impacto negativo no resultado foi de R\$ 519, líquido de efeitos fiscais, conforme apresentado na nota 20.2.4.

20.2.4. Efeitos do PRT, PERT e PRD no resultado do período

	PRT (*)	PERT	PRD	Total
Custo dos produtos e serviços vendidos	-	-	(412)	(412)
Despesa tributária	(544)	(1.944)	(80)	(2.568)
Resultado financeiro	(802)	(994)	(226)	(2.022)
IRPJ/CSLL - principal do auto de infração	(314)	(1.815)	-	(2.129)
Total da adesão com redução	(1.660)	(4.753)	(718)	(7.131)
Efeito de PIS/COFINS sobre valor da anistia	-	(146)	(21)	(167)
IRPJ/CSLL - benefício fiscal por dedutibilidade, líquido	(164)	815	220	871
Outras despesas operacionais - reversão de provisão ^(*)	1.560	24	-	1.584
Adesão Líquida com efeitos fiscais	(264)	(4.060)	(519)	(4.843)
IRPJ/CSLL - reversão do prejuízo fiscal (2012 a 2017)	-	(2.287)	-	(2.287)
Efeito total no resultado	(264)	(6.347)	(519)	(7.130)

(*) Parte da provisão no valor de R\$ 627 foi registrada em 1T-2017.

20.3. Programas de anistias estaduais

Em 2017, a Petrobras aderiu a programas de anistias estaduais para pagamento à vista de débitos de ICMS administrados pelos estados do Amazonas, Ceará, Minas Gerais e Pernambuco, com redução de 100% de multa e juros. Conseqüentemente, a companhia reconheceu como despesas tributárias o total de R\$ 177.

20.4. Legislação Tributária

20.4.1. Estadual

Em 30 de dezembro de 2015, o Estado do Rio de Janeiro publicou novas Leis que instituíram tributos que elevaram, a partir de março de 2016, a carga tributária incidente sobre todo setor petrolífero, conforme destacado a seguir:

- Lei nº 7.182 - criou a Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Petróleo e Gás (TFPG) que incide sobre barril de petróleo ou unidade equivalente de gás natural extraído no Estado; e
- Lei nº 7.183 - estabeleceu a cobrança de ICMS sobre as operações de circulação de petróleo, desde os poços de extração.

A companhia entende que não são juridicamente sustentáveis as obrigações decorrentes dessas leis, tendo por este motivo apoiado iniciativas da ABEP - Associação Brasileira de Empresas de Exploração e Produção de Petróleo e Gás - junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Em ambas as ações propostas pela ABEP, a Procuradoria Geral da República manifestou-se favoravelmente, opinando pela concessão das liminares em favor da Indústria para afastar as obrigações trazidas nas leis e, ainda, pela legitimidade processual da Associação.

Como não houve decisão pelo STF dos pedidos de liminar formalizados nas referidas ações da ABEP, a companhia optou por ingressar com ações individuais no Judiciário fluminense contra as referidas leis, tendo obtido em dezembro de 2016 decisões liminares que suspenderam a exigibilidade desses tributos, as quais permanecem válidas até a presente data.

20.4.2. Federal

No decorrer do terceiro trimestre de 2017, o governo federal publicou novas regras relacionadas ao tratamento tributário aplicável ao setor de petróleo e gás.

Em 18 de agosto de 2017, foram publicados o Decreto n.º 9.128, prorrogando as admissões temporárias no âmbito do Repetro (Regime Aduaneiro Especial de Exportação e de Importação de Bens destinados às atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e de Gás Natural) até 2040, bem como a Medida Provisória (MP) n.º 795. A nova legislação trata principalmente das seguintes matérias:

- Alteração, a partir de 1º janeiro de 2018, da sistemática do REPETRO, assegurando-se a desoneração da carga tributária para os bens utilizados pela indústria, conforme prazos previstos nas normas legais;
- Criação do regime especial para aquisição e industrialização de bens cuja permanência no país seja definitiva, destinados à exploração e produção de petróleo e gás natural;
- Dedução na base de cálculo do IRPJ e da CSLL dos investimentos realizados nas fases de exploração e produção de petróleo e gás natural; e
- Novas regras quanto à tributação pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre as remessas ao exterior para pagamento de afretamento de embarcações.

A nova legislação ainda está sujeita à aprovação do Congresso Nacional, após a qual produzirá efeitos e será possível avaliar seus impactos financeiros.

A companhia possui disputas referentes à dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo e à incidência de IRRF sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações. Informações adicionais sobre essas disputas são apresentadas na nota explicativa 29.3 - Processos judiciais não provisionados. Com a aprovação do novo modelo de tributação do setor pelo Congresso Nacional, espera-se maior estabilidade e segurança jurídica às empresas, possibilitando maiores investimentos e redução de litígios.

Adicionalmente, a ANP publicou em 26 de setembro de 2017 a Resolução nº 703 estabelecendo os novos critérios para a fixação do preço de referência a ser utilizado na apuração das participações governamentais, sendo o novo cálculo aplicado a partir de 01 de janeiro de 2018 de forma gradual até 2022, partindo-se de um percentual de 20% conforme as novas regras. O cálculo das participações governamentais passará a ter como base o chamado Preço de Referência do Petróleo, que leva em consideração suas diferentes características em cada área exploratória.

20.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado									
	Imobilizado									
	Custo com prospecção e desmantelamento de áreas	Outros (*)	Empréstimos, contas a receber / pagar e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Prejuízos fiscais	Estoques	Benefícios concedidos a empregados	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2016	(40.310)	5.043	29.727	(1.366)	3.092	20.365	1.379	4.681	(27)	22.584
Reconhecido no resultado do exercício	3.792	(2.161)	(1.192)	108	663	(362)	19	1.731	682	3.280
Reconhecido no patrimônio líquido (***)	-	-	(17.089)	992	-	(10)	-	3.485	-	(12.622)
Ajuste acumulado de conversão	-	(77)	47	-	5	(190)	-	(13)	(43)	(271)
Outros (**)	-	250	(47)	(28)	(84)	(119)	-	(77)	316	211
Em 31 de dezembro de 2016	(36.518)	3.055	11.446	(294)	3.676	19.684	1.398	9.807	928	13.182
Reconhecido no resultado do período (***)	1.330	(4.322)	(935)	(169)	436	278	(244)	(365)	(545)	(4.536)
Reconhecido no patrimônio líquido (***)	-	-	(4.375)	-	-	-	-	-	-	(4.375)
Ajuste acumulado de conversão	-	(13)	4	-	-	(56)	-	-	-	(65)
Utilização de créditos tributários	-	-	-	-	-	(821)	-	-	-	(821)
Outros	-	(550)	-	126	(67)	356	-	-	135	-
Em 30 de setembro de 2017	(35.188)	(1.830)	6.140	(337)	4.045	19.441	1.154	9.442	518	3.385
Impostos diferidos ativos										14.038
Impostos diferidos passivos										(856)
Em 31 de dezembro de 2016										13.182
Impostos diferidos ativos										10.106
Impostos diferidos passivos										(6.721)
Em 30 de setembro de 2017										3.385

(*) Inclui, principalmente, ajustes de perda no valor de recuperação de ativos e juros capitalizados.

(**) Inclui R\$ 249 transferido para Passivos associados a ativos mantidos para venda, pela venda das controladas Liqigás, PESA e NTS.

(***) Não inclui R\$ 165 referentes ao IR diferido de empresas transferidas para ativos mantidos para venda.

(****) Os valores reconhecidos como empréstimos, contas a receber/pagar e financiamentos, referem-se ao efeito tributário sobre a variação cambial registrada em outros resultados abrangentes (hedge de fluxo de caixa), conforme nota explicativa 31.2.

A companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções baseadas no PNG e que não ultrapassam dez anos.

20.6. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Lucro (prejuízo do período) antes dos impostos	14.702	(15.930)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(4.999)	5.416
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	1.199	(698)
Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior (*)	(99)	(448)
Incentivos fiscais	427	126
Prejuízos fiscais não reconhecidos	(178)	(1.512)
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas (**)	(1.213)	(2.374)
Adesão aos programas de regularização de tributos federais (***)	(4.416)	
Outros	326	(385)
Imposto de renda e contribuição social	(8.953)	1.25
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.701)	4.682
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.252)	(4.557)
Total	(8.953)	1.25
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	60,9%	0,8%

(*) Imposto de renda e contribuição social no país referentes aos lucros auferidos nos períodos por investidas no exterior, conforme dispositivos previstos na Lei nº 12.973/2014.

(**) Inclui equivalência patrimonial e despesa com plano de saúde.

(***) Refere-se, a "IRPJ/CSLL - principal do auto de infração" e "IRPJ/CSLL - reversão do prejuízo fiscal (2012 a 2017)", conforme nota explicativa 20.2.4.

21. Benefícios concedidos a empregados

21.1. Planos de pensão e de saúde

A descrição detalhada dos planos de pensão e saúde patrocinados pela companhia para empregados (ativos e assistidos) e dependentes, no Brasil e no exterior, é apresentada na nota explicativa 22 das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A movimentação das obrigações com planos de pensão e saúde com característica de benefício definido está representada a seguir:

	Consolidado				Total
	Planos de pensão		Saúde	Outros Planos	
	Petros	Petros 2	AMS		
Saldo em 1º de janeiro de 2016	23.185	277	26.369	343	50.174
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em outros resultados abrangentes	9.667	563	7.166	53	17.449
(+) Custos incorridos no exercício	3.566	115	4.238	82	8.001
(-) Pagamento de contribuições	(672)	-	(1.224)	(32)	(1.928)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(706)	-	-	-	(706)
Outros	-	-	-	(322)	(322)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.040	955	36.549	124	72.668
Circulante	1.344	-	1.328	-	2.672
Não Circulante	33.696	955	35.221	124	69.996
Saldo em 31 de dezembro de 2016	35.040	955	36.549	124	72.668
(+) Custos incorridos no período	3.011	187	3.307	23	6.528
(-) Pagamento de contribuições	(502)	-	(1.104)	(9)	(1.615)
(-) Pagamento do termo de compromisso financeiro	(358)	-	-	-	(358)
Outros	-	-	-	(7)	(7)
Saldo em 30 de setembro de 2017	37.191	1.142	38.752	131	77.216
Circulante	1.514	-	1.328	-	2.842
Não Circulante	35.677	1.142	37.424	131	74.374
Saldo em 30 de setembro de 2017	37.191	1.142	38.752	131	77.216

A despesa líquida com planos de pensão e saúde inclui os seguintes componentes:

	Consolidado				Total
	Planos de pensão		Saúde	Outros	
	Petros	Petros 2	AMS	Planos	
Custo do serviço	216	110	382	9	717
Juros líquidos sobre passivo/(ativo) líquido	2.795	77	2.925	14	5.811
Custo Líquido em Jan-Set/2017	3.011	187	3.307	23	6.528
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	566	97	629	1	1.293
Diretamente no resultado	249	60	320	19	648
Relativa aos assistidos	2.196	30	2.358	3	4.587
Custo Líquido em Jan-Set/2017	3.011	187	3.307	23	6.528
Custo Líquido em Jan-Set/2016	2.674	87	3.180	69	6.010

Em 30 de setembro de 2017, a companhia possuía em volume de estoque de petróleo e/ou derivados oferecido como garantia dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 com a Petros, o valor de R\$ 12.091 (R\$ 6.449, em 31 de dezembro de 2016). O valor dessa garantia foi revisado e atualizado no 3º trimestre de 2017 para refletir o aumento dos compromissos assumidos no TCF.

No período de janeiro a setembro de 2017, a contribuição da companhia para a parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R\$ 656 (R\$ 619 de janeiro a setembro de 2016).

Plano de equacionamento do déficit do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP)

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R\$ 26,7 bilhões (R\$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Em 19 de junho de 2017, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) da Fundação Petros estabelecendo prazos para implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015.

Em 12 de setembro de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobras (PPSP), no valor total do déficit registrado em 2015, de R\$ 22,6 bilhões e o submeteu para apreciação da Petrobras. Estima-se que esse montante, atualizado por juros e inflação prevista para o início da implementação do plano, em dezembro de 2017, atingirá cerca de R\$ 27,7 bilhões.

O PED foi apreciado pelo Conselho de Administração da Petrobras e encaminhado à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para análise. Depois de aprovado pela Sest, a Petros terá mais 60 dias para implementar o PED com início das contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras.

Conforme as Leis Complementares 108/2001 e 109/2001, bem como a Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar - CGPC 26/2008, o déficit deverá ser equacionado paritariamente entre as patrocinadoras (Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros) e os participantes e assistidos do PPSP. Sendo assim, caberá à Petrobras um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à Distribuidora, R\$ 0,9 bilhão.

O desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, em R\$ 1,4 bilhão para a Petrobras e R\$ 89 para a BR.

21.2. Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante a ser distribuído aos empregados a título de PLR é calculado com base em seis indicadores corporativos cujas metas são definidas a cada ano pela Diretoria Executiva da companhia e aprovadas pelo Conselho de Administração durante a revisão do Plano de Negócios e Gestão – PNG.

O percentual de atingimento das metas individuais deste conjunto de indicadores leva a um percentual de cumprimento global de metas, utilizado como base na definição do percentual do lucro líquido do Sistema Petrobras a ser distribuído aos empregados. Entretanto, caso a empresa não tenha lucro e todas as demais metas sejam alcançadas, o valor a ser pago individualmente será de metade da remuneração mensal do empregado acrescido de metade do menor valor pago da PLR no exercício anterior, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

PLR do período findo em 30 de setembro de 2017

O montante provisionado relativo à estimativa de PLR do período Jan-Set/2017, reconhecido em outras despesas líquidas, está demonstrado a seguir:

	<u>Jan-Set/2017</u>
Lucro líquido consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras	5.031
Percentual do cumprimento global de metas ^(*) aplicável à PLR	6,25%
Participação nos lucros ou resultados – Empresas controladas no Brasil	314

^(*) O percentual do cumprimento global de metas é resultado dos seguintes indicadores: Limite de Volume de Petróleo e Derivados Vazado, Custo Unitário de Extração sem Participação Governamental- Brasil, Produção de Óleo e LIGN- Brasil, Carga Fresca Processada-Brasil, Eficiência das Operações com Navio, Atendimento à Programação de Entrega de Gás Natural.

21.3. Plano de incentivo ao desligamento voluntário

A companhia implementou alguns programas de incentivo ao desligamento voluntário no período de janeiro de 2014 a 30 de setembro de 2017, conforme descrito a seguir:

	<u>Empregados</u>			
	<u>Inscritos</u>	<u>Desligados</u>	<u>Desistentes</u>	<u>Ativos</u>
Petrobras (PIDV 2014 e 2016)	19.499	(16.422)	(2.794)	283
Petrobras Distribuidora (PIDV BR 2014, 2015 e 2016)	2.163	(1.676)	(466)	21
Total	21.662	(18.098)	(3.260)	304

A movimentação da provisão em 30 de setembro de 2017 está representada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Saldo inicial	2.644	777
Inscritos no PIDV da Petrobras e BR 2016	-	4.117
Revisão de provisão	(756)	(35)
Utilização por desligamento	(1.760)	(2.215)
Saldo final	128	2.644
Circulante	128	2.644
Não circulante	-	-

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social realizado

Em 30 de setembro de 2017, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 205.432 está representado por 7.442.454.142 ações ordinárias e 5.602.042.788 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais têm prioridade no caso de reembolso do capital, não asseguram direito de voto e não são conversíveis em ações ordinárias.

22.2. Outros Resultados Abrangentes

No período de janeiro a setembro de 2017 foram reconhecidos como outros resultados abrangentes, principalmente os seguintes efeitos:

- ajuste acumulado de conversão devedor, no montante de R\$ 2.810, decorrente da tradução das demonstrações contábeis de controladas no exterior em moeda funcional diferente do real. Adicionalmente, motivada pela venda da totalidade de sua participação na Petrobras Chile Distribución Ltda e Guarani S.A., conforme nota explicativa 9.1, a companhia transferiu o montante de R\$ 116 para outras despesas líquidas, referente aos efeitos cambiais acumulados desde a data de aquisição destes investimentos até a data de sua alienação.
- hedge de fluxo de caixa de exportações, aumentando o patrimônio líquido no período de R\$ 8.491, líquido de impostos e do efeito de reclassificação de parte da variação cambial para resultado, totalizando em 30 de setembro de 2017 o valor de R\$ 16.628, líquido de impostos, conforme nota explicativa 31.2.

22.3. Resultado por ação

	Consolidado e Controladora					
	Jan-Set/2017			Jan-Set/2016		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico e diluído						
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Petrobras atribuído igualmente entre as classes de ações	2.870	2.161	5.031	(9.890)	(7.444)	(17.334)
Denominador básico e diluído						
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930	7.442.454.142	5.602.042.788	13.044.496.930
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,39	0,39	0,39	(1,33)	(1,33)	(1,33)

23. Receita de vendas

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Receita bruta de vendas	263.760	269.086
Encargos de vendas ^(*)	(56.577)	(56.986)
Receita de vendas ^(**)	207.183	212.100
Diesel	59.019	69.068
Gasolina automotiva	39.506	42.162
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	8.867	7.959
Querosene de aviação (QAV)	7.141	6.631
Nafta	6.421	6.133
Óleo combustível (incluindo bunker)	3.103	2.943
Outros derivados de petróleo	8.757	8.815
Subtotal de derivados	132.814	143.711
Gás natural	11.905	10.494
Etanol, nitrogenados e renováveis	8.837	9.875
Eletricidade	7.767	4.907
Serviços e outros	2.066	2.186
Mercado interno	163.389	171.173
Exportações	31.645	19.576
Vendas no exterior ^(***)	12.149	21.351
Mercado externo	43.794	40.927
Receitas de vendas ^(**)	207.183	212.100

^(*) Inclui, principalmente, CIDE, PIS, COFINS e ICMS.

^(**) A receita de vendas por segmento de negócio está apresentada na nota explicativa 28.

^(***) Receita proveniente de vendas realizadas no exterior, incluindo trading e excluídas exportações. Em 2016, incluía vendas da PESA.

No período de janeiro a setembro de 2017, o total de vendas para os dois clientes terceiros que representam aproximadamente 10% do total de venda da companhia foi de R\$ 19.142 (R\$ 20.445 no período de janeiro a setembro de 2016) e R\$ 18.211 (R\$ 21.425 no período de janeiro a setembro de 2016), impactando principalmente o segmento de abastecimento.

24. Outras despesas líquidas

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Plano de pensão e saúde (inativos)	(4.587)	(3.717)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(3.793)	(5.472)
(Perdas) / Ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.712)	(5.240)
PCLD/perdas sobre outros recebíveis	(1.590)	(155)
Relações institucionais e projetos culturais	(483)	(637)
Participação nos lucros ou resultados	(314)	-
Despesas operacionais c/ termelétricas	(178)	(275)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(159)	(213)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	(3.627)
Resultado relacionado a abandono de áreas	-	3.242
Provisão para assunção de dívidas de fornecedores com subcontratadas	-	(931)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	154	227
Subvenções e assistências governamentais	223	413
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	698	-
Gastos (reversões) com PIDV	756	(3.685)
Gastos/Ressarcimentos com operações em parcerias de E&P	863	1.645
Contratos de Ship/Take or Pay	1.356	657
Resultado com alienações e baixas de ativos ^(*)	5.269	(894)
Outros	359	625
Total	(4.254)	(18.037)

^(*) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS, no segundo trimestre de 2017, conforme nota explicativa 9.1, bem como R\$ 972 de perdas de materiais decorrentes de reavaliação da carteira de projetos, reconhecidos, principalmente, no terceiro trimestre de 2017.

25. Custos e despesas por natureza

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Matérias-primas e produtos para revenda	(45.338)	(49.832)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(43.093)	(40.692)
Depreciação, depleção e amortização	(32.033)	(37.314)
Gastos com pessoal	(21.632)	(26.499)
Participação governamental	(17.664)	(10.840)
Tributárias ^(*)	(4.373)	(1.600)
Paradas não programadas e gastos pré-operacionais	(3.793)	(5.472)
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(2.033)	(1.695)
(Perdas)/ganhos com processos judiciais, administrativos e arbitrais	(2.712)	(5.240)
Variação dos estoques	(1.771)	(1.446)
Projetos sem viabilidade econômica (inclui poços secos e bônus de assinatura)	(715)	(3.325)
Relações institucionais e projetos culturais	(483)	(637)
Reversão/(perda) no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(351)	(16.770)
Realização de ajustes acumulados de conversão - CTA	(116)	(3.627)
Gastos com segurança, meio ambiente e saúde	(159)	(213)
Provisão para assunção de dívidas de fornecedores com subcontratadas	-	(931)
Ressarcimento de gastos referentes à Operação Lava Jato	154	227
Ganhos/ perdas na remensuração - Participações societárias	698	-
Resultado com alienações e baixas de ativos ^(**)	5.269	(894)
Total	(170.145)	(206.800)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos e serviços vendidos	(140.791)	(144.934)
Despesas com vendas	(10.516)	(10.774)
Despesas gerais e administrativas	(6.979)	(8.537)
Tributárias ^(*)	(4.373)	(1.600)
Custos exploratórios para extração de petróleo e gás	(1.570)	(4.647)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(1.311)	(1.501)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	(351)	(16.770)
Outras despesas líquidas	(4.254)	(18.037)
Total	(170.145)	(206.800)

^(*) Inclui os efeitos do Programa de Regularização Tributária (PRT) e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no valor de R\$ 2.568, reconhecidos, principalmente, no segundo trimestre de 2017.

^(**) Inclui áreas devolvidas e projetos cancelados e o ganho no desinvestimento da NTS, conforme nota explicativa 9.1.

26. Resultado financeiro líquido

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Despesa com endividamentos	(18.165)	(20.486)
Variações cambiais e monetárias sobre endividamento líquido ^(*)	(10.220)	(8.292)
Receita com aplicações financeiras e títulos públicos	1.396	1.433
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(26.989)	(27.345)
Encargos financeiros capitalizados	4.659	4.525
Ganhos (perdas) com instrumentos derivativos	129	(295)
Resultado com títulos e valores mobiliários	12	17
Atualização financeira da provisão de desmantelamento	(1.821)	(1.711)
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(1.380)	717
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	1.389	2.216
Resultado financeiro líquido	(24.001)	(21.876)
Receitas	2.725	2.841
Despesas	(18.044)	(18.455)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(8.682)	(6.262)
Total	(24.001)	(21.876)

^(*) Inclui variação monetária sobre financiamentos em moeda nacional parametrizada à variação do dólar.

27. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016
Valores pagos e recebidos durante o período		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	2.198	2.687
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado a prazo	358	246
Constituição (reversão) de provisão para desmantelamento de áreas	96	(1.514)
Utilização de créditos fiscais e depósitos judiciais para pagamento de contingência	985	283

28. Informações por segmento

As informações segmentadas refletem a estrutura de avaliação da alta administração em relação aos desempenhos e alocação de recursos dos negócios.

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 30.09.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	17.179	32.998	6.984	197	9.259	92.419	(15.094)	143.942
Não circulante	434.065	129.602	57.872	809	10.391	29.129	(1.940)	659.928
Realizável a longo prazo	21.830	10.869	7.869	438	3.461	23.562	(1.782)	66.247
Investimentos	4.445	5.360	2.764	56	16	19	-	12.660
Imobilizado	400.396	112.806	46.191	315	6.195	5.038	(158)	570.783
Em operação	293.341	98.620	37.405	303	5.310	3.869	(158)	438.690
Em construção	107.055	14.186	8.786	12	885	1.169	-	132.093
Intangível	7.394	567	1.048	-	719	510	-	10.238
Ativo	451.244	162.600	64.856	1.006	19.650	121.548	(17.034)	803.870

Ativo Consolidado por Área de Negócio - 31.12.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Circulante	18.262	40.609	11.707	1.319	9.906	81.262	(17.158)	145.907
Não circulante	438.332	130.750	51.808	380	10.398	28.795	(1.425)	659.038
Realizável a longo prazo	24.870	10.793	6.539	12	3.314	22.285	(1.262)	66.551
Investimentos	4.722	3.597	1.520	43	47	19	-	9.948
Imobilizado	401.057	115.745	42.675	325	6.308	5.929	(163)	571.876
Em operação	295.656	101.520	38.659	315	5.389	4.798	(163)	446.174
Em construção	105.401	14.225	4.016	10	919	1.131	-	125.702
Intangível	7.683	615	1.074	-	729	562	-	10.663
Ativo	456.594	171.359	63.515	1.699	20.304	110.057	(18.583)	804.945

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)



Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 30.09.2017

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	97.583	157.846	28.093	495	63.914	-	(140.748)	207.183
Intersegmentos	94.352	37.962	6.992	469	973	-	(140.748)	-
Terceiros	3.231	119.884	21.101	26	62.941	-	-	207.183
Custo dos produtos vendidos	(65.281)	(137.548)	(20.224)	(519)	(59.177)	-	141.958	(140.791)
Lucro bruto	32.302	20.298	7.869	(24)	4.737	-	1.210	66.392
Despesas	(8.950)	(6.821)	1.646	(34)	(2.902)	(12.463)	170	(29.354)
Vendas	(310)	(4.143)	(3.946)	(5)	(2.383)	81	190	(10.516)
Gerais e administrativas	(764)	(1.096)	(411)	(58)	(647)	(4.002)	(1)	(6.979)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(1.570)	-	-	-	-	-	-	(1.570)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(796)	(27)	(69)	-	(1)	(418)	-	(1.311)
Tributárias	(229)	(334)	(725)	(18)	(120)	(2.947)	-	(4.373)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	-	(112)	(239)	-	-	-	-	(351)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.281)	(1.109)	7.036	47	249	(5.177)	(19)	(4.254)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	23.352	13.477	9.515	(58)	1.835	(12.463)	1.380	37.038
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(24.001)	-	(24.001)
Resultado de participações em investimentos	257	1.197	290	(80)	-	1	-	1.665
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	23.609	14.674	9.805	(138)	1.835	(36.463)	1.380	14.702
Imposto de renda e contribuição social	(7.940)	(4.583)	(3.235)	20	(624)	7.878	(469)	(8.953)
Lucro líquido (prejuízo)	15.669	10.091	6.570	(118)	1.211	(28.585)	911	5.749
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	15.625	10.173	6.289	(118)	1.211	(29.060)	911	5.031
Acionistas não controladores	44	(82)	281	-	-	475	-	718
Lucro líquido (prejuízo)	15.669	10.091	6.570	(118)	1.211	(28.585)	911	5.749

Notas explicativas

(Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)



Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - 30.09.2016

	E&P	Abasteci- mento	Gás & Energia	Bio- combustíveis	Distribuição	Corporativo	Eliminação	Total
Receita de vendas	83.370	163.016	25.007	612	73.749	-	(133.654)	212.100
Intersegmentos	79.530	46.033	6.404	587	1.100	-	(133.654)	-
Terceiros	3.840	116.983	18.603	25	72.649	-	-	212.100
Custo dos produtos vendidos	(64.610)	(123.657)	(18.513)	(683)	(68.232)	-	130.761	(144.934)
Lucro bruto	18.760	39.359	6.494	(71)	5.517	-	(2.893)	67.166
Despesas	(21.226)	(13.867)	(4.650)	(186)	(5.351)	(16.818)	232	(61.866)
Vendas	(397)	(4.863)	(2.208)	(4)	(3.569)	13	254	(10.774)
Gerais e administrativas	(952)	(1.076)	(567)	(61)	(663)	(5.217)	(1)	(8.537)
Custos exploratórios p/ extração de petróleo e gás	(4.647)	-	-	-	-	-	-	(4.647)
Custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(652)	(144)	(46)	(2)	(1)	(656)	-	(1.501)
Tributárias	(259)	(169)	(585)	(7)	(91)	(489)	-	(1.600)
Reversão/Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment	(8.909)	(6.073)	(1.446)	(24)	(318)	-	-	(16.770)
Outras receitas (despesas), líquidas	(5.410)	(1.542)	202	(88)	(709)	(10.469)	(21)	(18.037)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos	(2.466)	25.492	1.844	(257)	166	(16.818)	(2.661)	5.300
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(21.876)	-	(21.876)
Resultado de participações em investimentos	149	520	338	(386)	25	-	-	646
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(2.317)	26.012	2.182	(643)	191	(38.694)	(2.661)	(15.930)
Imposto de renda e contribuição social	839	(8.667)	(627)	88	(57)	7.644	905	125
Lucro líquido (prejuízo)	(1.478)	17.345	1.555	(555)	134	(31.050)	(1.756)	(15.805)
Atribuível aos:								
Acionistas da Petrobras	(1.313)	17.600	1.239	(555)	131	(32.680)	(1.756)	(17.334)
Acionistas não controladores	(165)	(255)	316	-	3	1.630	-	1.529
Lucro líquido (prejuízo)	(1.478)	17.345	1.555	(555)	134	(31.050)	(1.756)	(15.805)

29. Processos judiciais e contingências

29.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos trabalhistas, destacando-se: (i) revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime; (ii) diferenças de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados; e (iii) ações individuais de terceirizados.
- Processos fiscais, incluindo: (i) não homologação de compensações de tributos federais; (ii) demandas relacionadas ao recolhimento de ICMS na venda de querosene de aviação; e (iii) aproveitamento de créditos de ICMS na importação de plataformas.
- Processos cíveis referentes a: (i) cobrança de royalties sobre a atividade de extração de xisto; (ii) reclamação por descumprimento contratual relacionado à construção de plataforma; (iii) indenização decorrente de ação de desapropriação de área para constituição de servidão de passagem; (iv) cobrança de royalties e participações governamentais sobre produção de gás; (v) multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição.
- Processo ambiental referente à indenização aos pescadores pelo derramamento de óleo no Rio de Janeiro, em janeiro de 2000.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	4.736	3.995
Processos fiscais	4.050	4.981
Processos cíveis	3.108	1.873
Processos ambientais	225	194
Outros processos	1	9
Total	12.120	11.052
Saldo inicial	11.052	8.776
Adição, líquido de reversão	1.664	3.462
Utilização	(1.377)	(2.213)
Atualização de juros	794	1.211
Outros	(13)	(184)
Saldo final	12.120	11.052

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 30 de setembro de 2017, a companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos.

No período de janeiro a setembro de 2017, as principais movimentações na provisão para processos judiciais ocorreram principalmente por decisões judiciais e administrativas desfavoráveis à companhia, que resultaram na alteração da expectativa de perda para provável, bem como pela atualização monetária do saldo provisionado, conforme apresentado a seguir:

29.1.2. Processos trabalhistas

A provisão para processos trabalhistas aumentou R\$ 781, principalmente em função de análise de decisões ocorridas no período sobre diversas reclamações trabalhistas, bem como atualização monetária do saldo provisionado.

29.1.3. Processos fiscais

A provisão para processos fiscais reduziu R\$ 931, principalmente refletindo a reversão da provisão, constituída em 2016, para processos judiciais e administrativos relacionados a não homologação de compensações de tributos federais, em virtude da adesão ao Programa de Regularização Tributária (PRT), conforme nota explicativa 20.2.1.

Adicionalmente, de janeiro a setembro de 2017, ocorreram provisões que foram integralmente constituídas, em virtude de decisões desfavoráveis, e revertidas devido à adesão a programas de regularização de tributos, conforme os principais processos a seguir:

- não homologação de compensações de tributos federais, conforme nota explicativa 20.2.1 de adesão ao PRT; e
- dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos ao Plano Petros, benefício fiscal de redução de alíquotas de II e IPI na importação de equipamentos e aproveitamento de prejuízo fiscal de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL, conforme nota explicativa 20.2.2 de adesão ao PERT.

29.1.4. Processos cíveis

A provisão para processos cíveis aumentou R\$ 1.158 principalmente em função análise de decisões ocorridas no período a respeito da cobrança de *royalties* e participações governamentais sobre produção de gás no campo de Urucu, de multas aplicadas pela ANP relativas a sistemas de medição e de diversos outros processos, bem como pela atualização monetária do saldo provisionado.

Adicionalmente, de janeiro a setembro de 2017, ocorreram provisões que foram integralmente constituídas, em virtude de acordos realizados e decisões desfavoráveis, revertidas devido ao pagamento e adesão a programas de regularização de tributos, além de cumprimento de pagamento por decisão arbitral desfavorável, conforme a seguir:

- ações individuais propostas perante a corte federal de Nova Iorque, conforme nota explicativa 29.4.1;
- diferença de participação especial e *royalties* incidentes sobre a produção de petróleo e gás, conforme nota explicativa 20.2.3 de adesão ao PRD; e
- decisão arbitral proferida pela Câmara de Comércio Internacional contra a PNBV no montante de R\$ 425, relativa à construção da plataforma P-62.

29.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Fiscais	7.633	5.875
Cíveis	2.886	3.588
Trabalhistas	3.837	3.277
Ambientais	565	275
Outros	16	17
Total	14.937	13.032

29.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 30 de setembro de 2017, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Consolidado	
	30.09.2017	31.12.2016
Fiscais	139.430	155.882
Trabalhistas	23.904	23.547
Cíveis - Gerais	34.811	29.491
Cíveis - Ambientais	7.696	7.079
Outras	-	4
Total	205.841	216.003

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal, cível, ambiental e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	30.09.2017	31.12.2016
Autor: Secretaria da Receita Federal do Brasil		
1) Incidência de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE e PIS/COFINS-importação sobre as remessas para pagamentos de afretamentos de embarcações. Situação atual: Em outubro de 2017, o Tribunal Regional Federal do RJ proferiu decisão desfavorável à companhia ao entender que as remessas para pagamento de afretamento, no período de 1999 a 2002, estariam sujeitas ao IRRF, cujo débito atualizado em setembro de 2017 é de R\$ 8,8 bilhões. A discussão jurídica trata da legalidade de ato normativo da Receita Federal que garante alíquota zero para as referidas remessas. A companhia buscará assegurar a defesa de seus direitos e permanece com avaliação da perda como possível, assim como para as demais contingências sobre afretamento deste item, que possuem fundamento jurídico distinto do processo em questão. Os demais processos encontram-se em fase administrativa e judicial diversas.	53.479	50.446
2) Lucro de controladas e coligadas domiciliadas no exterior não adicionado à base de cálculo do IRPJ e CSLL. Situação atual: Em 2017, a companhia recebeu novo auto de infração relacionado à não adição de lucro de controladas no exterior, que somado às demais questões deste assunto, envolvem processos em fase administrativa e judicial diversas.	12.764	10.088
3) Pedidos de compensação de tributos federais não homologados pela Receita Federal. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	11.812	11.000
4) Incidência da contribuição previdenciária sobre pagamento de abonos e gratificação contingente a empregados. Situação atual: Aguardando julgamento de defesa e recursos na esfera administrativa.	3.752	3.431
5) Cobrança da CIDE-Combustível em transações com distribuidoras e postos de combustíveis detentores de medidas liminares que determinavam a venda sem repasse do referido tributo. Situação atual: A questão envolve processos na esfera judicial.	2.211	2.137
6) Dedução da base de cálculo do IRPJ e CSLL dos valores pagos como incentivo à repactuação do Plano Petros (ativos e inativos) e serviço passado. Situação atual: A sentença publicada em maio e confirmada em junho de 2017 reconheceu a dedutibilidade na base de cálculo IRPJ e da CSLL, porém, limitada a 20% da folha de salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes vinculados ao Plano. Após análise dos fundamentos das referidas decisões, a companhia alterou a expectativa de perda deste processo para provável. As demais questões remanescentes deste item, cujo fundamento jurídico é distinto, permanecem como expectativa de perda possível e encontram-se em fase administrativa e judicial diversas.	2.008	7.675
7) Dedução imediata da base de cálculo do IRPJ e CSLL de gastos com desenvolvimento da produção de petróleo. Situação atual: Revisão da expectativa de perda para remota, em virtude do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) ter proferido por unanimidade, decisões favoráveis à companhia em processo administrativo.	-	20.549
Autor: Secretaria da Fazenda do Estado de SP.		
8) Cobrança de ICMS por falta de emissão de nota fiscal na movimentação da sonda para o bloco exploratório e no retorno desta embarcação, bem como cobrança decorrente do desenquadramento da admissão temporária pelo fato de o desembaraço aduaneiro da importação da sonda ter sido realizado no Estado do RJ e não no Estado de SP. Situação atual: A questão envolve processos em fase judicial.	5.828	5.551
9) Aplicação de diferimento de ICMS nas operações de venda de Biodiesel B100, bem como uso da alíquota de 7% em operações interestaduais de venda de Biodiesel B100 com os Estados do Centro-Oeste, Norte, Nordeste e com o Estado do ES. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa.	2.934	2.718
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ e BA.		
10) Exigência de ICMS em operações de saída de Líquido de Gás Natural – LGN e C5+ com emissão de documento fiscal não aceito pela fiscalização, bem como questionamento do direito ao aproveitamento do crédito. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.472	4.412
Autor: Prefeituras Municipais de Anchieta, Aracruz, Guarapari, Itapemirim, Maratáizes, Linhares, Vila Velha e Vitória.		
11) Cobrança do imposto incidente sobre serviços prestados em águas marítimas (ISSQN), em favor de alguns municípios do Estado do ES sob o argumento de que o serviço fora executado em seus "respectivos territórios marítimos". Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.	4.006	3.642
Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, SP, PR, RO e MG.		
12) Cobrança de diferenças de alíquotas de ICMS decorrente de vendas de QAV para empresas aéreas no mercado interno e outros questionamentos decorrentes da utilização de benefício fiscal de ICMS. Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial.	3.561	4.189

Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do PR, AM, BA, ES, PA, PE e PB.

13) Incidência de ICMS sobre diferenças no controle de estoques físico e fiscal.

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.

3.219 2.739

Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do RJ, SP, ES, BA, PE, MG e RS.

14) Apropriação de crédito de ICMS sobre aquisições de mercadorias que, no entendimento da fiscalização, não configurariam bens do ativo imobilizado.

Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.

3.045 1.598

Autor: Secretaria da Fazenda dos Estados do RJ, RN, AL, AM, PA, BA, GO, MA e SP.

15) Crédito de ICMS não estornado em razão de saídas isentas ou não tributadas promovidas por terceiros em operações subsequentes.

Situação atual: A questão envolve processos que se encontram na esfera administrativa e judicial diversas.

2.826 2.459

Autor: Secretarias de Fazenda dos Estados de SP, RS e SC.

16) Cobrança do ICMS referente à importação de gás natural proveniente da Bolívia, sob a alegação de serem esses Estados os destinatários finais (consumidores) do gás importado.

Situação atual: A questão envolve processos nas esferas judicial e administrativa, além de três ações cíveis originárias em trâmite no Supremo Tribunal Federal.

2.795 2.696

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de SP, CE, PB, RJ, BA e PA.

17) Cobrança e creditamento de ICMS em operações de consumo interno de óleo bunker e óleo diesel marítimo destinados a embarcações afretadas.

Situação atual: Há autuações lavradas pelos Estados, sendo algumas discutidas ainda na esfera administrativa e outras na esfera judicial.

2.001 1.846

Autor: Secretaria de Fazenda dos Estados do AM, BA, RS e RJ

18) Cobrança de ICMS pelos Estados em razão de controvérsia quanto à formação da base de cálculo nas operações interestaduais e internas de transferências entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte.

Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa e outros na esfera judicial.

1.751 1.143

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados do RJ, SP, SE e BA.

19) Aproveitamento de créditos de ICMS na aquisição de brocas e de produtos químicos utilizados na formulação de fluido de perfuração.

Situação atual: A questão envolve processos em fases administrativa e judicial diversas.

1.682 1.321

Autor: Secretarias da Fazenda dos Estados de MG, MT, GO, RJ, PA, CE, BA, PR, SE, AL e RN.

20) Apropriação de crédito de ICMS sobre a aquisição de mercadorias (produtos em geral) que, no entendimento da fiscalização, se enquadrariam no conceito de material de uso e consumo, sendo indevido o creditamento do imposto.

Situação atual: A questão envolve processos em fase administrativa e judicial diversas.

1.199 1.111

Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de PE.

21) Cobrança de ICMS sobre as vendas interestaduais de gás natural com destino às distribuidoras localizadas em seu Estado.

A fiscalização entende que as operações seriam de transferência, uma vez que as atividades realizadas no city-gate são de industrialização, caracterizando-o como um estabelecimento e conseqüentemente exigindo a diferença entre o imposto incidente na operação de venda e de transferência.

Situação atual: A questão envolve processos ainda na esfera administrativa, e outros na esfera judicial.

1.095 1.018

22) Processos diversos de natureza fiscal

12.990 14.113

Total de processos de natureza fiscal

139.430 155.882

Descrição dos processos de natureza trabalhista

	Estimativa	
	30.09.2017	31.12.2016
Autor: SINDIPETRO dos Estados do ES, RJ, BA, MG, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC e RS.		
1) Ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR). Situação atual: Aguarda-se julgamento de incidente de recurso repetitivo pelo Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, o qual determinou a suspensão do julgamento do dissídio coletivo de natureza jurídica, instaurado pela Companhia, até o julgamento do mencionado incidente.	14.711	14.286
Autor: Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense – SINDIPETRO/NF.		
2) O Autor objetiva a condenação da companhia a remunerar como extraordinária a jornada de trabalho que ultrapassar o limite de 12 horas diárias de trabalho efetivo em regime de sobreaviso. Pretende, ainda, que a companhia seja obrigada a respeitar o limite de 12 horas de efetivo trabalho em regime de sobreaviso, sob pena de multa diária. Situação atual: O processo encontra-se no Tribunal Superior do Trabalho, para julgamento dos recursos interpostos pelas partes.	1.267	1.203
Autor: SINDIPETROS dos Estados do ES, RJ, BA, SP, PR, CE, SC, SE, PE e RS		
3) Ações coletivas que objetivam diferenças salariais decorrentes de pretendida alteração do critério de cálculo dos reflexos das horas extras nos repousos semanais remunerados, considerando proporção superior à instituída pela Lei nº 605/49, que é de 1/6. Situação atual: O Tribunal Superior do Trabalho (TST) uniformizou o entendimento favorável à tese da Companhia, existindo decisões do TST favoráveis aos autores em processos individuais e coletivos julgados antes da referida uniformização. Em relação ao processo ajuizado pelo SINDIPETRO/NF (RJ): (i) a companhia propôs Ação Rescisória processada no TST, cujo mérito ainda não foi julgado; e (ii) o TRT da 1ª Região proferiu decisão favorável à Companhia ao julgar seu recurso de Agravo de Petição. Referida decisão interpretou que o título executivo alterou os divisores aplicáveis ao cálculo da hora extra, majorando-os, proporcionando uma importante redução no valor estimado. Quanto ao processo ajuizado pelo SINDIPETRO/MG, a companhia propôs Ação Rescisória e, em julgamento acompanhado pela PETROBRAS no TST, ocorrido no dia 26/09/2017, o pedido rescisório foi julgado procedente, afastando a condenação ao pagamento dos reflexos, nas folgas compensatórias, das horas extras habitualmente trabalhadas pelos petroleiros submetidos ao regime de turnos de revezamento.	985	1.016
4) Processos diversos de natureza Trabalhista	6.941	7.042
Total de processos de natureza trabalhista	23.904	23.547

Descrição dos processos de natureza cível

	Estimativa	
	30.09.2017	31.12.2016
Autor: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis- ANP.		
1) Processos que discutem a determinação da ANP de: unificar os campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11, unificar os Campos de Baúna e Piracaba, unificar os Campos de Tartaruga Verde e Mestiça; e unificar os Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, gerando assim impactos no recolhimento das participações especiais (PE). Situação atual: A lista envolve processos judiciais e arbitrais. No caso dos campos de Lula/Cernambi e Baúna/Piracaba, os valores das supostas diferenças de participações especiais foram depositados judicialmente, porém com a cassação da liminar favorável, atualmente as diferenças têm sido pagas diretamente para a ANP até que seja reformada a decisão judicial correspondente. No caso da unificação dos Campos de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Jubarte e Pirambu, no complexo Parque das Baleias, o STJ concluiu seu julgamento no sentido de que é o tribunal arbitral quem deve avaliar se o caso é arbitrável, ou não. No processo referente à unificação de Tartaruga Verde e Mestiça, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região entendeu pela competência do Tribunal Arbitral, autorizando o prosseguimento da arbitragem. Desse modo, atualmente, estão suspensas as arbitragens de Lula e Cernambi e Baúna e Piracaba, ao passo que o Poder Judiciário declarou a inexistência de óbice ao prosseguimento das arbitragens relativas ao Parque das Baleias e aos Campos de Tartaruga Verde e Mestiça. A alteração de valor se refere a atualização monetária e ao acréscimo das participações governamentais dos Campos do Parque das Baleias, cuja cobrança está suspensa por força de decisão arbitral/judicial.	8.254	6.493
2) Processos administrativos que discutem diferença de participação especial e royalties em vários campos, destacando a divergência na interpretação da aplicação dos preços do petróleo utilizados para o cálculo das participações governamentais no campo de Lula. A linha também inclui discussão por multas aplicadas pela ANP por suposto descumprimento de programa exploratório mínimo e irregularidades no cumprimento de normas aplicáveis à indústria do petróleo. Situação atual: Em agosto de 2017, a companhia obteve decisão judicial desfavorável em um dos processos de multa ANP, o que motivou a alteração da expectativa de perda para provável de parte dos processos relativos ao item. As demais questões remanescentes envolvem processos em fase administrativa e judicial em diversas fases.	6.965	5.437
Autor: Diversos autores no país e EIG Management Company nos Estados Unidos.		
3) Arbitragens no país e ação judicial nos Estados Unidos relativos à Sete Brasil Participações S.A. ("Sete") Situação atual: As arbitragens estão em diversos estágios, sem que tenha sido proferida sentença em qualquer delas. A ação judicial proposta pela EIG e afiliadas alega que a Companhia teria praticado fraude ao induzir os autores a investir na "Sete", através de comunicações que teriam deixado de revelar o suposto esquema de corrupção envolvendo a Petrobras e a "Sete". A Corte Distrital de Colúmbia, EUA, acolheu em parte a defesa preliminar da Petrobras (<i>motion to dismiss</i>). A Petrobras recorreu da parte em que foi vencida na decisão e, o processo atualmente está suspenso em primeira instância, em virtude da interposição do recurso. No dia 30 de outubro, a Petrobras apresentou uma resposta às contrarrazões da EIG ao recurso.	7.126	5.358
Autor: Refinaria de Petróleo de Manguinhos S.A.		
4) Ação de indenização na qual busca ressarcimento pelos danos causados por uma suposta conduta anticoncorrencial na venda de gasolina, diesel e GLP no mercado interno. Situação atual: A questão envolve processo em fase judicial, no qual a companhia foi condenada em 1º instância. A companhia tem buscado assegurar os seus direitos, sendo que o CADE, que pediu seu ingresso no processo, já analisou anteriormente o tema e decidiu pela ausência de postura anticoncorrencial da companhia	2.016	1.875
Autor: Vantage Deepwater Company e Vantage Deepwater Drilling Inc.		
5) Arbitragem nos Estados Unidos sobre rescisão unilateral de contrato de prestação de serviço de perfuração vinculado ao navio-sonda Titanium Explorer. Situação atual: Foram realizadas audiências para oitiva de testemunhas e alegações finais das partes. A decisão do tribunal arbitral é esperada para o primeiro trimestre de 2018.	1.267	1.304
6) Processos diversos de natureza cível	9.183	9.024
Total de processos de natureza cível	34.811	29.491

Descrição dos processos de natureza ambiental

	Estimativa	
	30.09.2017	31.12.2016
Autor: Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Paraná, AMAR - Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária, IAP - Instituto Ambiental do Paraná e IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis.		
1) Processo judicial que discute obrigação de fazer, indenização em pecúnia e dano moral referente ao acidente ambiental havido no Estado do Paraná em 16 de julho de 2000. Situação atual: Processos julgados procedentes em parte, mediante sentença contra a qual autores e a companhia, ré, interpuseram recursos de apelação.	3.023	2.786
Autor: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA e Ministério Público Federal.		
2) Processos administrativos decorrentes de multas ambientais relacionadas a operação de exploração e produção (upstream) impugnadas em virtude de divergência quanto à interpretação e aplicação de normas pelo IBAMA, bem como uma Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal por suposto dano ambiental em virtude do afundamento acidental da Plataforma P-36. Situação atual: Quanto às multas, algumas aguardam julgamento de defesa e recurso na esfera administrativa e outras já estão sendo discutidas judicialmente. E no que toca à ação civil pública, a companhia recorreu da sentença que lhe foi desfavorável no juízo de primeiro grau e acompanha o trâmite do recurso em julgamento pelo Tribunal Regional Federal.	1.553	1.439
3) Processos diversos de natureza ambiental	3.120	2.854
Total de processos de natureza ambiental	7.696	7.079

29.4. Ações coletivas (*class actions*) e processos relacionados

29.4.1. Ação coletiva nos Estados Unidos e processos relacionados

Entre 8 de dezembro de 2014 e 7 de janeiro de 2015, cinco ações coletivas (*class actions*) foram propostas contra a companhia perante a Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque, nos Estados Unidos (United States District Court for the Southern District of New York). Estas ações foram consolidadas em 17 de fevereiro de 2015 ("Ação Coletiva Consolidada"). A Corte designou um autor líder, Universities Superannuation Scheme Limited ("USS"), em 4 de março de 2015, que apresentou, junto com dois outros autores (Union Asset Management Holding AG e Employees' Retirement System of the State of Hawaii), petição inicial consolidada em 27 de março de 2015, pretendendo representar investidores que:

- adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América entre 22 de janeiro de 2010 e 19 de março de 2015 (o "Período da Classe") e que sofreram perdas;
- adquiriram as Notes emitidas em 2012, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2009, ou as Notes emitidas em 2013 ou as Notes emitidas em 2014, de acordo com o registro da Petrobras para emissão de valores mobiliários no mercado americano atualizado em 2012, dentro do Período da Classe e que sofreram perdas; e
- adquiriram valores mobiliários da Petrobras no Brasil durante o Período da Classe e que também adquiriram valores mobiliários da Petrobras negociados na Bolsa de Nova Iorque ou por meio de outras transações ocorridas nos Estados Unidos da América no mesmo período.

O autor líder da ação coletiva consolidada alega que a companhia, através de fatos relevantes, comunicados e outras informações arquivadas na SEC, teria reportado informações materialmente falsas e cometido omissões capazes de induzir os investidores a erro, principalmente com relação ao valor de seus ativos, despesas, lucro líquido e eficácia de seus controles internos sobre as demonstrações contábeis e as políticas anticorrupção da companhia, em função de denúncias de corrupção com relação a determinados contratos, o que teria supostamente elevado artificialmente o preço dos valores mobiliários da Petrobras.

Em 17 de abril de 2015, a Petrobras, sua controlada Petrobras Global Finance BV ("PGF") e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos ("Bancos Subscritores") apresentaram *Motion to Dismiss*, uma defesa em que são apresentados argumentos jurídicos requerendo a extinção sumária do processo.

Em 9 de julho de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre a *Motion to Dismiss*, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, que os pedidos relacionados à emissão de certos títulos de dívida realizada nos EUA em 2012 com base no Securities Act de 1933 estão prescritos e que os pedidos relativos aos valores mobiliários adquiridos no Brasil estão sujeitos à resolução por arbitragem, conforme previsto no Estatuto Social da Petrobras. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, com base nesta decisão, a Ação Coletiva Consolidada continuou quanto aos demais pleitos.

Conforme autorizado pelo Juiz, foram apresentadas novas petições consolidadas em 16 de julho de 2015, 1º de setembro de 2015 e 30 de novembro de 2015. Essas duas últimas foram apresentadas pelo autor líder, Union, Hawaii e outro autor, North Carolina Department of State Treasurer, contendo os pleitos da Ação Coletiva Consolidada que não foram rejeitados ou que o Juiz autorizou fossem reformulados em sua decisão de 9 de julho de 2015. Essa petição consolidada também estende o período da classe até 28 de julho de 2015, além de incluir a Petrobras America Inc. ("PAI") como ré.

Em 1º de outubro de 2015 e em 7 de dezembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores apresentaram *Motion to Dismiss* contra a terceira e a quarta petição consolidada, respectivamente.

Em 20 de dezembro de 2015, o Juiz emitiu decisão sobre essa *Motion to Dismiss* contra a terceira e a quarta petição consolidada, acolhendo parcialmente os argumentos da companhia. Dentre outras decisões, o Juiz rejeitou os pleitos dos autores da petição consolidada baseados na aquisição de títulos emitidos pela companhia quando não conseguiram provar que foram adquiridos em transações ocorridas nos EUA. O Juiz também rejeitou pleitos baseados na Securities Act de 1933 em relação a certas aquisições quando os autores não conseguiram demonstrar que se basearam nas informações divulgadas pela Petrobras. Já que outros argumentos da *Motion to Dismiss* foram rejeitados, a Ação Coletiva Consolidada continuou quanto aos demais pleitos.

Em 15 de outubro de 2015, os autores requereram a certificação de classe para a Ação Coletiva Consolidada e, em 6 de novembro de 2015, a Petrobras, PGF, PAI e os Bancos Subscritores impugnaram tal requerimento.

Em 2 de fevereiro de 2016, o Juiz acolheu o pedido de certificação de classe, determinando que os representantes da classe de investidores cujos pleitos se baseiam no Securities Act serão os autores Employees' Retirement System of the State of Hawaii e North Carolina Department of State Treasurer e o representante da classe dos investidores cujos pleitos se baseiam no Exchange Act será o autor Universities Superannuation Scheme Limited.

Em 15 de junho de 2016, a Corte Federal de Apelações (United States Court of Appeals for the Second Circuit) aceitou o pedido da Petrobras de recorrer da decisão que acolheu a certificação de classe. Como resultado da aceitação do recurso, Petrobras e as outras rés requereram ao Juiz que suspendesse a ação coletiva e as ações individuais (descritas abaixo). Em 24 de junho de 2016, o Juiz negou o pedido de suspensão, e, em 27 de junho de 2016, as partes apresentaram pedido de julgamento sumário. A solicitação de suspensão dos réus à Corte Federal de Apelações foi acolhida em 2 de agosto de 2016. Em 2 de novembro de 2016, foram realizadas sustentações orais sobre o recurso perante a Corte Federal de Apelações.

Em 7 de julho de 2017, a Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito (United States Court of Appeals for the Second Circuit) anulou, em parte, a decisão de certificação de classe e determinou que a 1ª instância adote procedimentos adicionais.

A Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito acolheu parcialmente o recurso da companhia, ao rejeitar alguns aspectos da decisão e confirmar outros. Dentre outras questões, a Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito entendeu que o juiz deveria ter considerado a necessidade de prova de localização das transações nos Estados Unidos através de evidências comuns aos membros da classe e, caso negativo, se questões coletivas prevaleceriam sobre questões individuais. O efeito da decisão da Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito é a anulação das classes certificadas pelo juiz de 1ª instância, pendentes os procedimentos adicionais a serem adotados pela corte de primeira instância.

Em 21 de julho de 2017, a Petrobras apresentou um recurso para o órgão colegiado superior da Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito contestando aspectos da decisão da Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito que confirmaram a decisão do juiz de 1ª instância, o qual foi rejeitado em 24 de agosto de 2017.

Em 1º de novembro de 2017, a Petrobras e algumas outras rés apresentaram recurso à Suprema Corte contra as decisões da Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito referentes à certificação de classe. Em 3 de novembro de 2017, a Corte Federal de Apelações do Segundo Circuito acatou o pedido apresentado pela Petrobras, em 30 de agosto de 2017, por meio de "*motion to stay*", para que o processo permaneça suspenso até que a Suprema Corte decida quanto à admissibilidade de tal recurso.

Adicionalmente à Ação Coletiva Consolidada, até a presente data, trinta e três ações (seis delas suspensas) foram propostas por investidores individuais perante a mesma Corte Federal para o Distrito Sul de Nova Iorque nos Estados Unidos (Southern District of New York) com alegações similares àquelas apresentadas na ação coletiva. Em 21 de agosto de 2015, a Petrobras, a PGF e os Bancos subscritores de ofertas públicas de títulos da PGF apresentaram *Motion to Dismiss* contra algumas ações individuais e, em 15 de outubro de 2015, o Juiz acolheu parcialmente essa defesa. O Juiz reconheceu, dentre outros pontos, a prescrição de certos pleitos baseados no Exchange Act, no Securities Act, e em legislações estaduais. O Juiz rejeitou os outros argumentos apresentados na *Motion to Dismiss* e, essas ações seguiram. Além disso, uma ação semelhante foi apresentada por investidores individuais no Distrito Leste da Pensilvânia.

Em 31 de outubro de 2015, o Juiz determinou que a Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais de sua competência ajuizadas em Nova Iorque serão resolvidas em um único julgamento que deverá durar no máximo oito semanas. Em 5 de novembro de 2015, o Juiz determinou que a audiência de julgamento começaria no dia 19 de setembro de 2016, no entanto, o julgamento está suspenso em razão da decisão de 2 de agosto de 2016 da Corte Federal de Apelações.

Em 18 de novembro de 2015, o Juiz determinou que qualquer ação individual apresentada após 31 de dezembro de 2015 será suspensa para todos os efeitos até o encerramento do julgamento previsto.

Em 21 de outubro de 2016, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar quatro ações individuais: Dodge & Cox Int'l Stock Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-10111 (JSR); Janus Overseas Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-10086 (JSR); PIMCO Funds: PIMCO Total Return Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-08192 (JSR); Al Shams Investments Ltd. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6243 (JSR). Os termos dos acordos são confidenciais.

Em 23 de novembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar outras onze ações individuais: Ohio Public Employees Retirement System v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-03887 (JSR); Abbey Life Assurance Company Limited, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6661 (JSR); Aberdeen Emerging Markets Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15-cv- Civ. 3860 (JSR); Aberdeen Latin American Income Fund Limited, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15-cv- Civ. 4043 (JSR); Delaware Enhanced Global Dividend and Income Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15 Civ. 404315-cv-6643 (JSR); Dimensional Emerging Markets Value Fund, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., 15 -cv- 02165 (JSR); Manning & Napier Advisors, LLC, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-10159 (JSR); Russell Investment Company, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-07605 (JSR); Skagen AS, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No.15-cv-2214 (JSR); State of Alaska Department of Revenue, Treasury Division, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-8995 (JSR); State Street Cayman Trust Co., Ltd., v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, No. 15-cv-10158 (JSR).

Em 24 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração aprovou acordos para encerrar outras quatro ações individuais: New York City Employees Retirement System, et al. v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras et al., No. 15-cv-2192 (JSR), Transamerica Income Shares, Inc., et al v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-3373 (JSR), Internationale Kapitalanlagegesellschaft mbH v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-6618 (JSR) e Lord Abbett Investment Trust - Lord Abbett Short Duration Income Fund, et al v. Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, et al., No. 15-cv-7615 (JSR).

Em 19 de junho de 2017, o Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo para encerrar a ação individual proposta perante a Corte Federal da Pensilvânia, EUA, por um grupo de afiliadas do The Vanguard Group, Inc. ("Vanguard"), No. 15-cv-6283.

Em 13 de setembro de 2017, o Conselho de Administração aprovou a celebração de um acordo para encerrar uma ação individual proposta perante a Corte Federal de Nova York, EUA, por um grupo de afiliadas da Discovery Global Citizens Master Fund, Ltd, No. 15-cv-9126.

A ação coletiva e sete ações individuais permanecem pendentes contra a Petrobras, mas estão suspensas até que a Suprema Corte emita decisão final sobre a certificação de classe. As ações continuam apresentando as alegações que não foram rejeitadas pelo Juiz, embora as classes certificadas pelo Juiz tenham sido anuladas, pendentes os procedimentos adicionais a serem adotados pelo juiz de primeira instância. Além destas ações, há outras seis ações individuais pendentes, mas suspensas por terem sido ajuizadas após 31 de dezembro de 2015, conforme decisão da primeira instância, de 18 de novembro de 2015.

Para refletir os acordos celebrados, assim como as negociações em curso com outros autores individuais, a companhia reconheceu no resultado os seguintes montantes:

	<u>US\$ (milhões)</u>
Até 31 de dezembro de 2016 ^(*)	372
Janeiro a setembro de 2017	76
Total	448

^(*)No período de janeiro a setembro de 2016, foi reconhecido o valor de US\$ 364 milhões.

Estes acordos, cujos termos são confidenciais, não constituem qualquer reconhecimento de responsabilidade por parte da Petrobras, que continuará se defendendo firmemente nas demais ações em andamento, tendo como objetivo eliminar incertezas, ônus e custos associados à continuidade dessas disputas.

A Ação Coletiva Consolidada e as ações individuais ainda estão em tramitação. Essas ações envolvem questões bastante complexas, sujeitas a incertezas substanciais e que dependem de fatores como: ineditismo de teses jurídicas, o cronograma definido pela corte, o tempo das decisões judiciais, a obtenção de provas em poder de terceiros ou oponentes, a decisão da corte em questões chave, análises de peritos e a possibilidade de as partes, de boa-fé, negociarem um potencial acordo.

Além disso, as pretensões formuladas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. As incertezas inerentes a todas estas questões afetam o montante e o tempo da decisão final destas ações. Como resultado, a companhia não é capaz de produzir uma estimativa confiável da potencial perda na Ação Coletiva Consolidada e nas ações individuais para as quais não foi reconhecida provisão.

A depender do desfecho do caso, a companhia poderá ter que pagar valores substanciais, os quais poderiam ter um efeito material adverso em sua condição financeira, nos seus resultados consolidados ou no seu fluxo de caixa consolidado em um determinado período.

A companhia contratou um escritório de advocacia norte-americano especializado para se defender em relação às alegações feitas nessas ações.

29.4.2. Ação coletiva movida por Fundação de investidores na Holanda

Em 23 de janeiro de 2017, Stichting Petrobras Compensation Foundation ("Fundação") ajuizou uma ação coletiva na Holanda, na Corte Distrital de Rotterdam, contra a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e suas subsidiárias, Petrobras International Braspetro B.V. (PIB BV) e, Petrobras Global Finance B.V. (PGF), e empreendimento controlado em conjunto Petrobras Oil & Gas B.V. (PO&G) e alguns ex-gestores da Petrobras.

A Fundação alega que representa um grupo não identificado de investidores e requer declaração judicial de que os réus teriam atuado ilegalmente em relação a investidores que adquiriram ações ou valores mobiliários emitidos por Petrobras e PGF fora dos EUA antes de 28 de julho de 2015, em conexão com os alegados atos ilegais, afirmando que a suposta perda financeira desses investidores se relacionaria com fatos revelados pela Operação Lava-Jato e por supostas informações financeiras falsas divulgadas pela companhia.

Petrobras, PGF, PIB BV e PO&G apresentaram petição ao juízo no dia 3 de maio de 2017, comparecendo ao processo e indicando os seus advogados, e solicitaram ao tribunal o agendamento de uma audiência para discutir alguns aspectos da ação coletiva.

Assim, em 23 de agosto de 2017, foi realizada audiência, na Corte Distrital de Rotterdam, para estabelecer o cronograma do processo, com as próximas etapas da ação coletiva a seguir: (i) a apresentação pelas rés de defesas preliminares em novembro de 2017, (ii) a resposta escrita da Fundação em março de 2018, e (iii) a realização de audiência oral acerca dessas manifestações das partes em 28 de junho de 2018. O tribunal apresentará sua decisão sobre os temas acima em setembro de 2018.

A demanda diz respeito a questões complexas e o resultado está sujeito a incertezas substanciais, que dependem de fatores como: a legitimidade da Fundação para representar os investidores, as leis aplicáveis ao caso, a produção de provas na posse de terceiros, análises periciais, cronograma a ser definido pela Corte e decisões judiciais sobre questões-chave do processo. Não é possível prever no momento se a empresa será responsável pelo pagamento efetivo de indenizações, eis que essa análise dependerá do resultado desses procedimentos, bem como se e quais investidores poderiam apresentar pedidos indenizatórios.

Além disso, as alegações feitas são amplas, abrangem vários anos e envolvem uma diversidade de atividades. Todos estes elementos fazem com que o possível impacto dos pedidos da Fundação sejam altamente incertos na atual fase do processo. Independentemente disso, a Petrobras acredita ter sido vítima do sistema de corrupção revelado pela Operação Lava-Jato, bem como busca demonstrar e provar essa condição também perante as autoridades holandesas.

Tendo em vista as incertezas presentes no momento, não é possível realizar qualquer avaliação segura a respeito de eventuais riscos relacionados a este litígio. A Fundação não tem direito a reclamar quaisquer perdas e danos e, caso estes sejam reconhecidos, deverão ser determinados em processos específicos posteriores a serem ajuizados pelos próprios investidores ou em nome dos mesmos, a menos que um acordo seja celebrado incluindo esses investidores.

A Petrobras e suas subsidiárias negam as alegações apresentadas pela Fundação e irão se defender firmemente na ação em referência.

30. Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo

A Petrobras concedeu garantias à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP no total de R\$ 7.996 para os Programas Exploratórios Mínimos previstos nos contratos de concessão das áreas de exploração, permanecendo em vigor R\$ 3.056 líquidos dos compromissos já cumpridos. Desse montante, R\$ 2.651 correspondem ao penhor do petróleo de campos previamente identificados e já em fase de produção e R\$ 405 referem-se a garantias bancárias.

31. Gerenciamento de riscos

A Petrobras está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco relacionado aos preços de petróleo e derivados, às taxas cambiais e de juros, risco de crédito e de liquidez. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos nos países onde atua. Para a gestão de riscos de mercado/financeiro são adotadas ações preferencialmente estruturais, criadas em decorrência de uma gestão adequada do capital e do endividamento da empresa. Na companhia, os riscos devem ser considerados em todas as decisões e a sua gestão deve ser realizada de maneira integrada, aproveitando os benefícios da diversificação.

As tabelas a seguir apresentam um resumo das posições de instrumentos financeiros derivativos mantidos pela companhia em 30 de setembro de 2017, reconhecidas como outros ativos e passivos circulantes, além dos valores reconhecidos no resultado, outros resultados abrangentes do exercício e garantias dadas como colaterais por natureza das operações:

	Posição patrimonial consolidada					
	Valor nominal		Valor Justo		Vencimento	
			Posição Ativa (Passiva)			
	30.09.2017	31.12.2016	30.09.2017	31.12.2016		
Derivativos não designados como Hedge						
Contratos Futuros ^(*)	(19.398)	(1.866)	(108)	(25)		
Compra/Petróleo e Derivados	81.330	88.303	-	-		2018
Venda/Petróleo e Derivados	(100.728)	(90.169)	-	-		2018
Contratos de Opções ^(*)	(8.205)	120	(6)	-		
Compra/Petróleo e Derivados	(7.205)	-	(14)	-		2018
Venda/Petróleo e Derivados	(1.000)	120	8	-		2018
Contratos a Termo			-	1		
Compra/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	US\$ 10	-	-	-		2017
Venda/Câmbio (BRL/USD) ^(**)	US\$ 69	US\$ 15	-	1		2017
SWAP			229	-		
Câmbio - cross currency swap ^(**)	GBP 700	-	229	-		2026
Derivativos designados como Hedge						
SWAP			(21)	(34)		
Juros - Libor/taxa fixa ^(**)	US\$ 345	US\$ 371	(21)	(34)		2019
Total reconhecido no Balanço Patrimonial			94	(58)		

(*) Valor nominal em mil bbl

(**) Valores em US\$ representam milhões de dólares e valores em GBP representam milhões de libras.

	Ganho/(Perda) reconhecido(a) no resultado do exercício (*)		Ganho/(Perda) reconhecido(a) no patrimônio líquido (**)		Garantias dadas como colaterais	
	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016	Jan-Set/2017	Jan-Set/2016	30.09.2017	31.12.2016
	Derivativos de commodities	8	(110)	(3)	-	314
Derivativos de moeda	133	(166)	-	21	-	-
Derivativos de juros	(12)	(19)	3	(2)	-	-
	129	(295)	-	19	314	180
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações ^(***)	(7.375)	(7.534)	12.866	48.828	-	-
Total	(7.246)	(7.829)	12.866	48.847	314	180

(*) Valores reconhecidos como resultado financeiro no período.

(**) Valores reconhecidos como outros resultados abrangentes no exercício.

(***) Utilizando instrumentos financeiros não derivativos, conforme nota explicativa 31.2.

A análise de sensibilidade do valor dos instrumentos financeiros derivativos com relação aos diferentes tipos de risco de mercado em 30 de setembro de 2017 é apresentada a seguir:

Operações	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável ^(*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Derivativos não designados como Hedge				
Contratos Futuros	Petróleo e Derivados - Flutuação dos Preços	-	(641)	(1.282)
Contratos a Termo	Câmbio - Desvalorização do BRL frente ao USD	(1)	47	93
Opções	Petróleo e Derivativos - Flutuação dos Preços	-	(298)	(625)
		(1)	(892)	(1.814)
Derivativos designados como Hedge				
SWAP		4	(5)	(8)
Dívida	Juros - Alta da taxa LIBOR	(4)	5	8
Efeito Líquido		-	-	-

□ Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Preços de Petróleo e Derivados: valor justo em 30/Set/2017 / Real x Dólar - valorização do real em 0,6% / Curva Futura de LIBOR - aumento de 1,67% ao longo da curva. Fonte: Focus e Bloomberg

31.1. Gerenciamento de risco de preços de petróleo e derivados

A Petrobras mantém, preferencialmente, a exposição ao ciclo de preços, evitando utilizar derivativos para proteger operações de compra ou venda de mercadorias cujo objetivo seja atender suas necessidades operacionais. As operações com derivativos existentes referem-se, usualmente, à proteção dos resultados esperados de transações comerciais de curto prazo.

31.2. Gerenciamento de risco cambial

No que se refere ao gerenciamento de riscos cambiais, a Política de Gestão de Riscos da Petrobras prevê que a companhia pratique, por princípio, uma gestão integrada de riscos cujo foco não está nos riscos individuais – das operações ou das unidades de negócio – mas na perspectiva mais ampla e consolidada da corporação, capturando possíveis benefícios oriundos da diversificação dos negócios.

Para gerir o risco de variação cambial, a companhia considera conjuntamente todos os fluxos de caixa de suas operações. Isso se aplica especialmente ao risco de variação da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, para o qual, em situações que não sejam de curtíssimo prazo, a companhia avalia de forma integrada não apenas os seus fluxos de caixa futuros denominados em dólares norte-americanos, como também os fluxos de caixa denominados em reais, mas que sofrem influência da moeda norte-americana, tais como as vendas de diesel e gasolina no mercado interno.

Nesse sentido, a gestão de riscos financeiros envolve, preferencialmente, a adoção de ações estruturais, ou seja, utilizando proteções naturais, muitas vezes derivadas dos negócios da Petrobras.

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial de certas obrigações da companhia, especialmente quando da existência de compromissos em moedas para as quais a companhia não possua expectativa de fluxos de recebimentos, como ocorre no caso da libra esterlina, por exemplo.

No curto prazo, o tratamento do risco é realizado por meio da alocação das aplicações do caixa entre real, dólar ou outra moeda.

a) *Hedge* de fluxo de caixa envolvendo as exportações futuras da companhia

Considerando a relação de proteção natural descrita anteriormente, a companhia designa relações de *hedge* entre “exportações futuras altamente prováveis” (item protegido) e parcelas de certas obrigações em dólares norte-americanos (instrumentos de proteção), de forma que os efeitos cambiais de ambos sejam reconhecidos ao mesmo momento na demonstração de resultado.

Parcelas dos saldos de principal e juros de dívidas (instrumentos financeiros não derivativos), bem como contratos de câmbio a termo foram designados como instrumentos de proteção. Os derivativos vencidos no decorrer do período foram substituídos por saldos de principal e juros de dívidas nas relações de *hedge* para os quais haviam sido designados.

As relações de *hedge* individuais foram estabelecidas na proporção de um para um, ou seja, para uma parcela de “exportações futuras altamente prováveis” de cada mês foi designada uma relação de *hedge* individual, protegida por uma parcela do endividamento. A companhia considera como “exportações futuras altamente prováveis” apenas uma parte do total de suas exportações previstas.

Caso as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser consideradas altamente prováveis, mas continuem previstas, a relação de *hedge* é revogada e a variação cambial acumulada até a data da revogação é mantida no patrimônio líquido, sendo reclassificado para o resultado no momento em que as exportações ocorrerem.

Também podem ocorrer situações em que as exportações designadas em relação de *hedge* deixem de ser previstas. Nesses casos, a variação cambial, referente às dívidas que excederam o total de exportações previstas, acumulada no patrimônio líquido até a data da revogação, é reclassificada imediatamente para o resultado.

Os valores dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2017, além da expectativa de reclassificação para o resultado do saldo da variação cambial acumulada no patrimônio líquido em períodos futuros, tomando como base uma taxa R\$/US\$ de 3,1680, são apresentados a seguir:

Instrumento de hedge	Objeto de hedge	Tipo de risco protegido	Período de proteção	Valor principal (US\$ milhões)	Valor dos instrumentos de proteção em 30 de setembro de 2017
					R\$
Instrumentos financeiros não derivativos (dívidas e juros)	Parte das exportações mensais futuras altamente prováveis	Cambial - taxa spot R\$ x US\$	Outubro de 2017 a Setembro de 2027	56.293	178.338
Movimentação do valor de referência (principal e juros)				US\$ milhões	R\$
Designação em 31 de dezembro de 2016				61.763	201.293
Novas designações, revogações e redesignações				11.685	37.068
Realização por exportações				(3.132)	(9.944)
Amortização de endividamento				(14.023)	(44.588)
Variação Cambial				-	(5.491)
Valor em 30 de setembro de 2017				56.293	178.338

A relação entre dívidas designadas em relações de *hedge* e exportações futuras altamente prováveis segue a seguinte distribuição no tempo:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Consolidado
									Média
Valor protegido/Exportações futuras altamente prováveis (%)	42	31	31	83	96	98	96	59	67

A seguir é apresentada a movimentação da variação cambial acumulada em outros resultados abrangentes em 30 de setembro de 2017, a ser realizada pelas exportações:

	Variação cambial	Efeito tributário	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(88.320)	30.028	(58.292)
Reconhecido no patrimônio líquido	40.327	(13.711)	26.616
Transferido para resultado por realização	8.819	(2.998)	5.821
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	1.116	(380)	736
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(38.058)	12.939	(25.119)
Reconhecido no patrimônio líquido	5.491	(1.867)	3.624
Transferido para resultado por realização	7.367	(2.505)	4.862
Transferido para resultado por exportações previstas que deixaram de ser esperadas/realizadas	8	(3)	5
Saldo em 30 de setembro de 2017	(25.192)	8.564	(16.628)

Alterações das expectativas de realização de preços e volumes de exportação em futuras revisões dos planos de negócios podem vir a determinar necessidade de reclassificações adicionais de variação cambial acumulada no patrimônio líquido para resultado. Uma análise de sensibilidade com preço médio do petróleo Brent mais baixo em US\$ 10/barril que o considerado na última revisão do PNG 2017-2021, indicaria a necessidade de reclassificação de aproximadamente R\$ 3 do patrimônio líquido para o resultado.

A expectativa anual de realização do saldo de variação cambial acumulada no patrimônio líquido em 30 de setembro de 2017 é demonstrada a seguir:

Expectativa de realização	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 a 2027	Consolidado
									Total
	(2.628)	(10.370)	(6.945)	(4.809)	(3.862)	(4.413)	(1.748)	9.583	(25.192)

b) Contratos de swap – Libra esterlina x Dólar

Durante o primeiro trimestre de 2017, a Petrobras, por meio de sua controlada indireta Petrobras Global Trading B.V. (PGT), contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap*, com o objetivo de se proteger da exposição em Libras esterlinas versus Dólar, devido à emissão de um *bond* em dezembro de 2011 nessa moeda, no valor nominal de GBP 700 milhões e com vencimento em dezembro de 2026. A companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

c) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial

O cenário considerado provável e referenciado por fonte externa, além dos cenários possível e remoto que consideram valorização do câmbio (risco) em 25% e 50%, respectivamente, à exceção dos saldos de ativos e passivos em moeda estrangeira de controladas no exterior, quando realizados em moeda equivalente às suas respectivas moedas funcionais, estão descritos a seguir:

Instrumentos	Exposição em 30.09.2017	Risco	Consolidado		
			Cenário Provável (*)	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Ativos	8.157		(46)	2.039	4.079
Passivos	(187.221)	Dólar / Real	1.064	(46.805)	(93.611)
Hedge de fluxo de caixa sobre exportações	178.338		(1.013)	44.585	89.169
	(726)		5	(181)	(363)
Passivos	(454)	Iene / Dólar	(3)	(114)	(227)
	(454)		(3)	(114)	(227)
Ativos	13	Euro / Real	-	3	7
Passivos	(142)		1	(36)	(71)
	(129)		1	(33)	(64)
Ativos	16.307	Euro / Dólar	(21)	4.077	8.154
Passivos	(32.692)		41	(8.173)	(16.346)
	(16.385)		20	(4.096)	(8.192)
Ativos	4	Libra / Real	-	1	2
Passivos	(78)		2	(20)	(39)
	(74)		2	(19)	(37)
Ativos	11.268	Libra / Dólar	(169)	2.817	5.634
Passivos	(15.360)		230	(3.840)	(7.680)
Derivativo - cross currency swap	2.972		(45)	743	1.486
	(1.120)		16	(280)	(560)
Total	(18.888)		41	(4.723)	(9.443)

* Os cenários prováveis foram calculados considerando-se as seguintes variações para os riscos: Real x Dólar - valorização do real em 0,6% / Iene x Dólar - valorização do iene em 0,6% / Euro x Dólar - desvalorização do euro em 0,1% / Libra x Dólar - desvalorização da libra em 1,5% / Real x Euro - valorização do real em 0,7% / Real x Libra - valorização do real em 2,1%. Fonte: Focus e Bloomberg

31.3. Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Petrobras, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função de não acarretarem impacto relevante, exceto em função de situações específicas apresentadas por controladas da Petrobras.

31.4. Risco de crédito

A política de gestão de risco de crédito visa minimizar a possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras e de contrapartes, mediante análise, concessão e gerenciamento dos créditos, utilizando parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado de atuação.

A carteira de crédito comercial é bastante diversificada entre clientes do mercado interno do país e de mercados do exterior. As comissões de crédito avaliam a qualidade do crédito levando em consideração, entre outros aspectos, o ramo de atuação do cliente, relacionamento comercial, histórico financeiro com a Petrobras, sua situação financeira, assim definindo limites de crédito, os quais são regularmente monitorados, com vistas a mitigar eventuais perdas. Os recebíveis com expectativa de não recebimento estão apresentados na nota explicativa 7.

O crédito concedido a instituições financeiras é utilizado na aceitação de garantias, na aplicação de excedentes de caixa e na definição de contrapartes em operações de derivativos, sendo distribuído entre os principais bancos internacionais classificados como "grau de investimento" pelas principais classificadoras internacionais de riscos e os bancos brasileiros com classificação mínima de risco A2/F2.

31.5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela companhia através de ações como: centralização do caixa do sistema, otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo, mesmo em condições adversas de mercado; bem como através do alongamento do prazo médio de vencimento das dívidas, da ampliação das fontes de financiamento, explorando a capacidade dos mercados doméstico e internacional, desenvolvendo uma forte presença no mercado de capitais e buscando novas fontes de financiamento (novos produtos de captação de recursos e em novos mercados), além da utilização de recursos oriundos do programa de desinvestimento.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

Vencimento							Consolidado	
	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	30.09.2017	31.12.2016
Principal	5.555	20.539	39.421	36.133	41.669	219.554	362.871	390.227
Juros	5.213	20.005	19.096	16.888	14.553	120.317	196.072	190.352
Total	10.768	40.544	58.517	53.021	56.222	339.871	558.943	580.579

32. Valor justo dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

	Valor justo medido com base em			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total do valor justo contabilizado
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	6.172	-	-	6.172
Derivativos de Moeda Estrangeira	-	229	-	229
Saldo em 30 de setembro de 2017	6.172	229	-	6.401
Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.557	1	-	2.558
Passivos				
Derivativos de commodities	(114)	-	-	(114)
Derivativos de Juros	-	(21)	-	(21)
Saldo em 30 de setembro de 2017	(114)	(21)	-	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(25)	(34)	-	(59)

Não há transferências relevantes entre os níveis.

O valor justo estimado para os financiamentos de longo prazo da companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 16.1.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, a dívida de curto prazo e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

33. Eventos subsequentes

Resultado da 2ª e 3ª Rodadas de Licitações da ANP - Regime de Partilha de Produção

Em 27 de outubro de 2017, a Petrobras adquiriu, em parceria com outras companhias, três blocos marítimos nas 2ª e 3ª Rodadas de Licitações no regime de partilha de produção, realizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sendo operadora em todos os blocos.

O valor total do bônus de assinatura a ser pago pela companhia é de R\$ 1.140, no quarto trimestre de 2017.

Pré-pagamento de dívidas bancárias, renegociação e novo financiamento

Em outubro de 2017, a Petrobras realizou as operações de pré-pagamento no montante de US\$ 1,28 bilhão, sendo US\$ 730 milhões junto ao Banco JPMorgan, com vencimento em 2018 e 2019, US\$ 400 milhões junto ao Banco HSBC, com vencimento em 2019, e US\$ 150 milhões junto ao Banco Intesa Sanpaolo, com vencimento em 2020. Na mesma data efetuou a renegociação de financiamentos existentes no montante de US\$ 1,6 bilhão, sendo US\$ 750 milhões junto ao Banco HSBC e US\$ 850 milhões junto ao Banco Intesa Sanpaolo, com vencimento entre 2022 e 2023 e contratação de novo financiamento (US\$ 300 milhões) junto ao Banco Safra.

Incorporação da Downstream

Em 07 de novembro de 2017, a Assembléia Geral Extraordinária da Petrobras aprovou a incorporação da Downstream Participações Ltda na Petrobras com a sua consequente extinção, sem aumento do capital social da Petrobras.

34. Correlação entre as notas explicativas de 31 de dezembro de 2016 e 30 de setembro de 2017

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas	
	Anual de 2016	ITR do 3T-2017
A companhia e suas operações	1	1
Base de apresentação das informações contábeis intermediárias	2	2
"Operação Lava Jato" e seus reflexos na companhia	3	3
Base de consolidação	(¹)	4
Principais práticas contábeis	4	5
Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	7	6
Contas a receber	8	7
Estoques	9	8
Vendas de ativos e outras reestruturações societárias	10	9
Investimentos	11	10
Imobilizado	12	11
Intangível	13	12
Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)	14	13
Atividades de exploração e avaliação de reserva de petróleo e gás	15	14
Fornecedores	16	15
Financiamentos	17	16
Arrendamentos mercantis	18	17
Partes relacionadas	19	18
Provisão para desmantelamento de áreas	20	19
Tributos	21	20
Benefícios concedidos a empregados	22	21
Patrimônio Líquido	23	22
Receita de vendas	24	23
Outras despesas líquidas	25	24
Custos e despesas por natureza	26	25
Resultado Financeiro líquido	27	26
Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	28	27
Informações por segmento	29	28
Processos judiciais e contingências	30	29
Garantias aos contratos de concessão para exploração de petróleo	32	30
Gerenciamento de riscos	33	31
Valor justo dos ativos e passivos financeiros	34	32
Eventos subsequentes	35	33

(¹) Sumário das principais práticas contábeis

As notas explicativas do relatório anual de 2016 que foram suprimidas no ITR de 30 de setembro de 2017 pelo fato de não apresentarem alterações relevantes e/ou não serem aplicáveis às informações intermediárias são as seguintes:

Títulos das notas explicativas	Números das notas explicativas
Estimativas e julgamentos relevantes	5
Novas normas e interpretações	6
Contas petróleo e álcool	19.8
Contingências ativas	30.5
Compromisso de compra de gás natural	31
Gestão de capital	33.4
Seguros	33.7



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38, setor 2, 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais- ITR

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo *IASB*, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Efeitos da Operação Lava Jato nas operações da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às informações contábeis intermediárias, que descreve que: i) não foi identificada, até o momento, qualquer informação adicional que impactasse de forma relevante a metodologia de cálculo adotada para constituição da baixa com pagamentos indevidos registrada em 30 de setembro de 2014; e ii) investigações internas conduzidas por escritórios de advocacia independentes, sob a direção de um Comitê Especial constituído pela Companhia, e investigação conduzida pela *Securities and Exchange Commission - SEC* continuam em andamento, sendo que até o presente momento nenhum impacto adicional aquele divulgado nas demonstrações contábeis intermediárias foi identificado.

Chamamos também a atenção para a Nota Explicativa nº 29.4 às informações contábeis intermediárias, que descreve a proposição de ações judiciais coletivas contra a Companhia, para as quais não é possível realizar estimativas confiáveis de perda.

Nosso relatório não está modificado em função desses assuntos.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior e revisão dos valores correspondentes ao primeiro trimestre do exercício anterior

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2016 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 21 de março de 2017, sem modificação, e as demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 10 de novembro de 2016, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório informando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1